



JOSÉ MIGUEL MENDONÇA GUERRA DE AZEVEDO SEARA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS COMO QUESTÃO DE DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação com vista à obtenção
do grau de Mestre em
Direito e Segurança

Orientador:

Doutor José Fontes, Professor Catedrático da Academia Militar e da NOVA School of
Law

Setembro de 2020

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Eu, José Miguel Mendonça Guerra de Azevedo Seara, estudante nº6150, declaro sob compromisso de honra que o conteúdo deste trabalho é original, de minha autoria, e todas as fontes consultadas estão mencionadas no texto, nas notas e nas referências. Mais, declaro que este trabalho não foi entregue noutra unidade curricular/seminário em parte ou no seu todo e que, se o foi, as partes estão identificadas de forma clara e inequívoca. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

DEDICATÓRIA

À minha família, pela constante, verdadeira — e tão rara quanto estranhamente incompreendida — cedência sem cobrança. Por sempre me aconselhar, sem a tanto me forçar. Por me haver mostrado o acessório, nunca perdendo de vista o essencial. Pela grandeza projetada e pela vileza compreendida. Por aplaudir a paixão e repudiar o servilismo. Pelo encanto e desencanto de estar próximo e ser família, que tanto e tão bem honram. Incondicionalmente.

Em nome da liberdade, eis tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, pela inicial prontidão e disponibilidade, rapidamente volvida em amizade e informalismo.

À minha família, por nada que possa escrever e tudo quanto de positivo possa sentir.

À Maria João, pelo companheirismo e ternura de todas as horas.

Aos meus grandes amigos, todos eles, pelos abraços calorosos que não só me permitiram, como também me fizeram querer, continuar.

s

Em especial, ao Luís Alves. Pela genuína bondade com que acompanhou o meu trabalho, provocando a minha sincera admiração.

Aos meus colegas de trabalho, Pedro Gonçalves, Rui Baptista, António Oliveira, Helena Oliveira, Duarte Barbosa, Carla Silva, Daniela Castro e Manuel Lopes. Por fazerem do dever um compromisso prazeroso. Por me ensinarem ser possível compaginar rigor, seriedade e afabilidade.

Por último, a quem possivelmente esqueci de referir, não obstante o contributo.

Um especial agradecimento à empresa CIRES, cuja colaboração e total transparência no fornecimento de dados contribuíram para uma análise séria do tema desenvolvido. A sua dinâmica funcional, criticamente analisada ao longo de nove meses de estágio, espelha habilmente a concreta e efetiva preocupação empresarial na adoção de práticas socialmente responsáveis. Por esse motivo, em nome de uma experiência tão singular quanto enriquecedora, torno pública a minha sincera gratidão à empresa CIRES.

MODO DE CITAR

A presente dissertação foi escrita segundo o novo acordo ortográfico.

O sistema de referência utilizado foi o *Manual de Estilo de Chicago*.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A.N.C.N – Associação Nacional de Conservação da Natureza

APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação

AQP – Aliada Química de Portugal

BPA – Banco Português do Atlântico

BPSM – Banco Pinto & Sotto Mayor

CAT – Centro para a Alegria no Trabalho

CC – Código Civil

CEFIC – Conseil Européen des Fédérations de l'Industrie Chimique

CIRES – Companhia Industrial de Resinas Sintéticas

Co – Company

CQE – Complexo Químico de Estarreja

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CSR – Corporate Social Responsibility

CYGSA – Control y Geología S.A.

DS – Desenvolvimento Sustentável

EIF – Empresa Industrial do Freixo

EMAS – Eco-Management and Audit Scheme

EUA – Estados Unidos da América

GDCPC – Grupo Desportivo e Cultural do Pessoal da CIRES

GNR – Guarda Nacional Republicana

ICCA – International Council of Chemical Associations

IDET – Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPR – Instalação Portuária de Receção

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISO – International Organization for Standardization

Ltd – Limited

MITSUMI – Mitsui Bussan Kaisha, Limited

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OHM – Observatório Homem-Meio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIN – Projeto de Interesse Nacional

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMDI – Metil Difenil Isocianato

PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPI – Política de Produtos Integrada

PREVINIL – Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos

PVC – Policloreto de Vinilo

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade Social das Empresas

SA – Social Accountability

S.A. – Sociedade Anónima

S.A.R.L – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

SHE – Safety, Health and Environment

SOCOLAL – Sociedade Comercial Luís Alvim, Limitada

UE – União Europeia

UEP – União Elétrica Portuguesa

WBCSD – World Business Council for Sustainable Development

DECLARAÇÃO DE CONTAGEM DE CARATERES

Eu, José Miguel Mendonça Guerra de Azevedo Seara, estudante nº6150, declaro que o corpo da presente dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 154 267 carateres.

The price of greatness is responsibility.

Winston Churchill

RESUMO

Intitulada *A Responsabilidade Social das Empresas como questão de Direito e Segurança*, esta dissertação contempla propósitos como a análise da conjuntura que lhe deu origem, a reflexão das possíveis manifestações desta consciência atitudinal, a sistematização das diferentes reações de académicos e gestores quanto ao carácter filantrópico ou oportunista das práticas empresariais, e a investigação do posicionamento legal e seus contornos.

Em termos metodológicos, este trabalho centra a sua pesquisa na consulta bibliográfica e na análise prolongada *in loco* de um caso de estudo empresarial, sendo a validade e a exatidão do conteúdo sustentadas nessas mesmas fontes. Após o aprofundamento deste estudo, constata-se que a Responsabilidade Social surge associada a um novo e emergente quadro de valores, encontrando-se este mais afeto a questões de carácter altruísta que propriamente às velhas premissas lucrativas. É esta exigência social que leva a que o seio empresarial reposicione os seus princípios e modelos de gestão, permitindo aos agentes decisórios uma aposta dinâmica e sustentável no bem-estar e futuro das gerações.

De modo geral, será justo dizer que este projeto reúne elementos que sustentam a ideia de uma gradual sensibilização da sociedade para a temática em análise, assim como nos fornece matéria capaz de tornar clara a natureza incontornável de tais responsabilidades nas agendas das empresas. Assim, através de ações solidárias, certas empresas promovem uma imagem positiva junto dos consumidores, revertendo estrategicamente essa convicção num aumento do volume negocial.

Acima de tudo, desta investigação resulta evidente a necessidade de articulação e coexistência de uma ética empresarial responsável com uma sociedade globalmente próspera, fundamentos sem os quais se garante a segurança da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Direito; Empresas; Estudo; Práticas; Responsabilidade Social; Segurança*

ABSTRACT

Entitled *The Social Responsibility of Companies as a Matter of Law and Security*, this dissertation contemplates purposes such as the analysis of the conjuncture that gave rise to it, the reflection of the possible manifestations of this attitudinal conscience, the systematization of the different reactions of academics and managers regarding the philanthropic or opportunistic character of business practices, and the investigation of the legal position and its outlines.

In methodological terms, this work focuses its research on bibliographic consultation and prolonged on-site analysis of a case study, being the validity and accuracy of the content supported by the same sources.

After the deepening of this study, it can be seen that Social Responsibility is associated with a new and emerging framework of values, which is more affected by issues or by questions of an altruistic nature rather than the old profitable premises. It is this social demand that leads the business community to reposition its management principles and models, allowing decision-makers a dynamic and sustainable investment in the well-being and future of generations.

In general, it will be fair to say that this project brings together elements that support the idea of a gradual awareness of society of a gradual social awareness of the subject under analysis, as well as providing us with material capable of making clear the unavoidable nature of such responsibilities on business agendas. Thus, through solidarity actions, certain companies promote a positive image among consumers, strategically reversing this conviction in an increase of business volume.

Above all, it is clear from this search that a responsible business ethic needs to be articulated and coexistent with a globally prosperous society, without which the safety of the community is guaranteed.

KEY-WORDS: *Law; Business; Study; Practices; Social Responsibility; Security.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mundo, em geral, e a sociedade, em particular, foram alvo de grande evolução e transformação paradigmáticas. As empresas, enquanto realidade constituinte do tecido social, sentiram por inerência o peso dessas mesmas alterações. Como não antes, as empresas viram-se forçadas a procurar adaptar-se a esta nova realidade, sob pena de não colherem a aceitação social necessária à prossecução dos seus fins.

As alterações¹ a que assistimos no mundo conduziram o setor empresarial a uma atitude mais vigilante e expedita em relação à atividade por si exercida. Abrindo mais o seu leque de incumbências, é hoje prática comum as empresas demonstrarem a sua dimensão ética e socializadora, que veio suplantiar a clássica (e exclusiva, defendem certos autores²) função económica que lhes fora reservada. Assim, a preocupação social das empresas tornou-se não só uma prática conveniente mas uma condição efetivamente necessária à sua competitividade no mercado atual.

Justamente nesta linha, este trabalho tentará responder com pertinência a algumas das possíveis questões existentes em torno do tema, tais como: Quais são as responsabilidades sociais das empresas e qual a importância destas? Qual a razão de ser da ética empresarial? Qual o peso dos valores e da ética na motivação de comportamentos socialmente responsáveis? Como se relaciona o Direito e a Responsabilidade Social? Em que medida o desenvolvimento sustentável e a RSE são realidades interdependentes? De que maneira a UE e Portugal abordam esta questão? Este trabalho procurará contribuir para uma maior compreensão do modo como o mundo empresarial se tornou sensível ao progresso em seu redor e consolidou um certo afastamento relativamente aos modelos e usos outrora vigentes. Contrariamente

¹ Entre outras, a referir: abertura de fronteiras comerciais, consolidação das democracias, desenvolvimento tecnológico.

² Alguns autores defendem o egoísmo ético como princípio-chave da atividade empresarial, limitando os seus desígnios à busca do lucro.

ao que até então se pensara, muitos dos gestores perceberam que a responsabilidade social não era, afinal, de modo algum incompatível com a procura de lucro. Constataram, pelo contrário, que desempenho e responsabilidade social fundam uma união de difícil divórcio, isto é, revelam-se fenómenos de tal modo compatíveis que a sua correlação e interdependência se apresentam como que uma verdadeira inevitabilidade. Dessarte, tornou-se preocupação maior das empresas o investimento num desenvolvimento sustentável, realidade sobre a qual pesa, cada vez mais, um olhar atento e não pouco exigente da sociedade.

Este projeto permitir-nos-á dar conta de que fora sobretudo graças à reforma dos princípios e valores empresariais, marcada por uma hierarquia axiológica votada ao humanismo, que se despertou uma consciência coletiva para a necessidade absolutamente premente de administradores e dirigentes assumirem compromissos responsáveis e sustentados que se pudessem aliar à competitividade empresarial, estimulando-a mais ainda. Tais mudanças, tanto as já consumadas como as ainda em curso, vieram colocar a tónica da atuação empresarial no papel dos colaboradores, ao fim e ao cabo das pessoas, as quais passaram a ser reconhecidas como a base das empresas, ou seja, como uma fatia de indispensável relevo no património destas. Sendo esta uma atividade de pessoas para pessoas, entendeu-se lógico destinar parte desses proveitos às pessoas. Nesse sentido, produto de uma forte pressão social, as empresas deixaram de ser meros centros operacionais de matéria e gestão de ativos financeiros e converteram-se em referências de valor para a sociedade, tendo-lhes esta última, de modo gradual e implícito, confiado a promoção de princípios e comportamentos dignos.

Assim, esta dissertação abordará também o modo como, mergulhada nesta nova realidade, a ideologia empresarial se viu compelida a frequentemente abrir mão de práticas empresariais capazes de benefício direto e imediato, passando antes a mobilizar esforços para uma abordagem de médio-longo prazo, projetando uma maior rentabilidade do interesse corporativo global.

Quanto à estrutura adotada, este projeto desdobrar-se-á em doze capítulos. A vastidão e variedade de matérias em análise, que integrarão os capítulos que se seguem e serão neles objeto de estudo, têm como objetivo assegurar a viabilidade de um trabalho demonstrativo, sério e aprofundado.

Após uma breve contextualização e incursão histórica que remonte ao surgimento da RSE e sucintamente explique a sua evolução, proceder-se-á a uma análise cuidadosa das diferentes concepções de responsabilidade e explorar-se-á as suas formas de manifestação.

Descrito o panorama geral nas suas principais linhas, a abordagem prender-se-á com o tratamento de questões mais específicas. Começarão por merecer a nossa melhor atenção os temas da Responsabilidade Social enquanto obrigação empresarial e do (des)interesse de investir na RSE, no qual nos guiará o propósito de escrutinar o que poderá levar uma empresa a agir de modo socialmente responsável e quais as possíveis vantagens que daí possam advir. Seguir-se-lhe-á a discussão dos fundamentos éticos da responsabilidade³, o debate do estrito vínculo existente entre Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, e a apreciação da proteção jurídica dada, a nível nacional e comunitário, a este novo modelo de atuação.

Posteriormente, numa fase já final, um dos capítulos deter-nos-á na observação de propostas e concretizações práticas da responsabilidade social, e um outro versará sobre a imprescindibilidade do investimento empresarial em ações socialmente responsáveis como mecanismo de sobrevivência. Imediatamente antes do último capítulo, tratar-se-á também a relação existente entre a Responsabilidade Social e a Segurança.

Por último, reportar-nos-emos à empresa CIRES⁴, um caso de estudo cujo tratamento concreto da informação nos permitirá proceder ao levantamento de procedimentos e projetos impulsionados, causas e medidas defendidas, princípios e valores inscritos no ADN corporativo.

Ao longo desta viagem discursiva, muitas vezes se fará por deixar claro que, desde a sua génese até ao seu sucumbir, as empresas são organismos vivos que acompanham as metamorfoses culturais e temporais do contexto que integram, não permanecendo imutáveis nas suas diretrizes ou finalidades. Deste modo, igualmente

³ Nesse capítulo irão contrapor-se duas éticas: a ética teleológica e a ética utilitarista.

⁴ A CIRES (Companhia Industrial de Resinas Sintéticas) é uma empresa do setor químico especializada no fabrico de polímeros vinílicos. Sediada na cidade de Estarreja, a empresa pertence, desde 2009, ao grupo japonês SHIN-ETSU CHEMICAL.

se mostrará que a responsabilidade social não mais é que uma expressão dessa mesma necessidade e capacidade de adaptação empresarial.

I. ENQUADRAMENTO DA RSE E SUA EVOLUÇÃO

Nas últimas décadas, sobretudo a partir da década de 50 do século passado, o debate público sobre a responsabilidade social das empresas intensificou-se. A globalização, a abertura de fronteiras comerciais e a livre circulação de informação tornaram mais visíveis os problemas ético-sociais existentes, levando a sociedade a questionar a quota-parte empresarial no que respeita à origem e responsabilidade desses mesmos contratempos. Falamos, a este respeito, de problemas como a sobre-exploração dos recursos naturais, a gritante desigualdade social ou, por exemplo, entre outros, a contaminação dos solos. Foi neste sentido que, abandonando a ótica da doutrina clássica, exclusivamente voltada para o proveito económico, se entendeu que a empresa, enquanto unidade socioeconómica dotada de direitos e deveres, deveria ser parte da resposta ao problema.

Graças a uma revolução axiológica, fruto de um novo condigo de valores e condutas que veio fomentar o espírito solidário e humanista, foi-se tornando cada vez maior a consciência daquilo que são os compromissos sociais, a noção de bem-estar e o próprio sentido de qualidade de vida. Esta mudança paradigmática, em que a sociedade veio clamar pela intervenção direta das empresas na satisfação de necessidade sociais prementes, despoletou inúmeras questões — ainda hoje acesas — de natureza sociológica, psicológica, fisiológica, económica e jurídica. Quais os limites da intervenção empresarial na condução do rumo da sociedade? Qual deve ser a postura do gestor enquanto responsável organizacional com poderes decisórios?

Estas e tantas outras perguntas convocaram o meio empresarial a responsabilizar-se pelo impacto das suas condutas, muitas vezes criticadas à luz das correntes contemporâneas de pensamento, que de modo geral, como não antes, enfatizam o papel ativo e diligente das organizações na assunção das suas incumbências. Tal qual Srouer⁵ afirma, o objetivo da abordagem ética é «libertar os

⁵ Robert Srouer, *Ética Empresarial* (Rio de Janeiro: Campus, 2000), 29

agentes sociais da prisão do egoísmo que não se importa com os efeitos produzidos sobre os outros.»⁶

Em termos cronológicos, embora tenha sido no decurso do século XX que o conceito de Responsabilidade Social começou a integrar a linguagem empresarial, assim evidenciando uma maior sensibilização das empresas face à envolvente social, «já nos séculos XVII e XIX era possível encontrar ações coletivas de caráter criativo que envolviam o estado e o empresariado e que visavam sobretudo reduzir situações de pobreza e antagonismo dela decorrentes. Nesta época, a intervenção social empresarial expressava-se através da caridade pontual de beneméritos como forma de governar a miséria.»⁷

Se a partir do século XIX começamos a encontrar, pontualmente, algumas ações das empresas que evidenciam preocupações com os seus trabalhadores, bem como alguma sensibilização no que concerne à missão das empresas face à sociedade, é nos anos 30 do século XX que, fruto de novos desafios económico-sociais, o conceito de Responsabilidade Social se implanta com maior vigor. No pós II guerra, na década de 50 e de 60, perante novos desafios concorrenciais, e consequentemente maior exigência de recursos humanos qualificados, as empresas passaram a integrar a preocupação pelo bem-estar na sua missão. No entanto, é apenas a partir dos anos 80 e 90 que a reputação das empresas aparece associada à Responsabilidade Social, seja por razões económicas, seja por razões sociais. Foi a partir de então que as empresas se viram impelidas a integrar nos seus objetivos a resposta a questões laborais, ambientais e sociais, de forma a contribuir para a sustentabilidade do mundo. Com o desenvolvimento das noções de *stakeholders* e de ética empresarial, as empresas viram o seu papel de agente social ser catapultado, pelo que a sua responsabilidade social ganhou uma nova dimensão. Atualmente são sobretudo os cidadãos, enquanto consumidores, que exigem e controlam o papel social das empresas na promoção de um mundo mais justo e sustentável.

⁶ Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010), 21

⁷ Fátima Jorge, Fernando Miguel Seabra, Maria João Santos, Maria Alice Nunes Costa, *Responsabilidade Social – uma visão Ibero-Americana* (Coimbra: Almedina, 2011), 15-22

«Este novo olhar possibilitou a tomada em consideração da empresa como um facto social, com dimensão própria que ultrapassa a ideia de locus central do capitalismo e, portanto, de conflito social e de exploração do trabalhador. A nova proposta procura explicar também a empresa como uma micro-comunidade, com autonomia e capaz de influenciar as representações e as estruturas sociais.»⁸

Assim, nos dias de hoje, ainda que a principal função da empresa seja a obtenção de lucro, a mundividência vigente levou a uma alteração na apreciação dos valores da atividade empresarial. A exigência de um espírito empresarial responsável supõe não apenas que «as empresas, na consecução das suas atividades, cumpram com as exigências legais de pagamento de impostos e contribuições aos trabalhadores, evitem práticas de corrupção, suborno e mantenham uma conduta transparente e responsável pelos seus lucros»⁹, mas também que integrem práticas socialmente responsáveis no campo dos direitos humanos e do meio ambiente.

Na definição do Livro Verde, «a Responsabilidade Social é a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com as outras partes interessadas.»¹⁰ Vemos, pois, que, a partir da segunda metade do século XX, a confiança converte-se num valor empresarial, obrigando as empresas a planear as suas ações com vista ao futuro. Esta nova visão «trouxe um padrão ao qual todas as empresas deveriam enquadrar-se, sob pena de perder competitividade perante o mercado. Quanto mais próxima dos valores éticos, mais se avizinham os bons resultados, pois, agindo eticamente adquirem a confiança do público, o que gera contrapartida em resultados economicamente rentáveis. A empresa precisa de legitimar sua existência e, mediante a confiança do consumidor, fazendo-o preferir a sua empresa não somente pela eficiência dos seus serviços mas pela crença de compartilhamento dos mesmos valores morais. (...)

⁸ Fátima Jorge, Fernando Miguel Seabra, Maria João Santos, Maria Alice Nunes Costa, *Responsabilidade Social – uma visão Ibero-Americana* (Coimbra: Almedina, 2011), 15-22

⁹ Fátima Jorge, Fernando Miguel Seabra, Maria João Santos, Maria Alice Nunes Costa, *Responsabilidade Social – uma visão Ibero-Americana* (Coimbra: Almedina, 2011), 15-22

¹⁰ Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 7

Podendo-se entender que as empresas são tão responsáveis quanto o são os indivíduos.»¹¹

Embora este aumento do impacto das empresas no âmbito da sociedade possa ser interpretado, pelo menos em parte, como marketing social, não deixa de se fazer sentir a vigência de um código de conduta empresarial ajustado aos valores da sociedade. Um negócio mais seguro e sustentável supõe, pois, uma estratégia empresarial orientada pela prossecução de “fundos éticos”.

«Os fundos éticos permitem fazer a seleção de investimentos de pessoas que têm a preocupação de não investir em fundos em empresas que têm que utilizar explorações da mão-de-obra de países do terceiro mundo, em empresas que realizam testes dos seus produtos em animais, que contribuam para determinadas causas duvidosas.»¹² Evitar utilizar o seu dinheiro em empresas prejudiciais ao mundo é uma “arma” que tem vindo a garantir o investimento das empresas numa prática solidária e responsável.

«Desde a crise financeira que o assunto sobre o investimento ético e Responsabilidade Social tem vindo a ter um impacto cada vez maior junto de grandes investidores não só para ganhar pontos juntos do público-alvo, mas também para evitarem a ligação com empresas que venham a ficar mal reputadas no mercado, e acabem por perder valor.»¹³

Conclui-se, pois, que, de acordo com o paradigma¹⁴ vigente, a obtenção de lucro supõe necessariamente um investimento socialmente responsável, ilustrando

¹¹ Sharon Cristine Ferreira de Souza, “O Papel do Direito no controle das políticas públicas de incentivo às empresas socialmente responsáveis: Por uma Lei de responsabilidade social” em *Responsabilidade Social – Uma Visão Ibero-Americana* (Coimbra: Almedina, 2011), 634-642

¹² Maria Mendes “A responsabilidade Social da Empresa no Quadro da Regulação Europeia” (dissertação de mestrado, ISCTE, 2007), 39

¹³ Rui Barroso citado em Maria Mendes “A responsabilidade Social da Empresa no Quadro da Regulação Europeia” (dissertação de mestrado, ISCTE, 2007), 3

¹⁴ «Tem predominado a conceção de que a vocação das empresas é gerar dividendos para investidores e acionistas, contribuir para o desenvolvimento económico, criar empregos e fornecer bens e serviços ao mercado. Nesta fórmula clássica, espera-se que as empresas, na consecução de suas actividades, cumpram com as exigências legais de pagamento de impostos e contribuições aos trabalhadores,

assim a conveniência e quase inevitabilidade existentes entre a satisfação de interesses económicos e a realização de certos compromissos filantrópicos.

evitem práticas de corrupção, suborno e mantenham uma conduta transparente e responsável pelos seus lucros.» in Fátima Jorge, Fernando Miguel Seabra, Maria João Santos, Maria Alice Nunes Costa, *Responsabilidade Social – uma visão Ibero-Americana* (Coimbra: Almedina, 2011), 15-22

II. CONCEÇÕES DE RSE

A questão da RSE foi sempre muito controversa, alvo de polémicas e desencontros ideológicos, fruto das mais variadas perspetivas com que fora sendo encarada. Desde cedo, a falta de consenso na abordagem do tema dividiu posições, suscitou múltiplas abordagens e conheceu objeções várias.

As interrogações éticas relativas ao seio empresarial tiveram início durante a primeira metade do século XX nos EUA, ocasionadas por discórdias que confrontavam as grandes empresas e certos setores da sociedade civil. Nos EUA, as grandes empresas conseguiram assumir uma posição de tal modo dominante que se tornaram atores verdadeiramente decisivos no desenvolvimento económico-social da nação.

Este surto hegemónico-monopolista, que revelava o protagonismo empresarial, levou às crescentes reivindicações da sociedade por melhores condições de trabalho, contemplando as suas múltiplas expressões.

Sob o olhar crítico que recaía na ação empresarial, surgiram conflitos de classes e críticas àquela que, até então, era a ação empresarial. Na primeira metade do século XX começou a exigir-se a filantropia empresarial como forma de combater a injustiça social resultante da acumulação de riqueza dos grandes empresários. Reivindicava-se, portanto, uma postura mais ativa por parte das empresas enquanto agentes sociais. O quadro que se segue traça a evolução da RSE, mostrando a sua permeabilidade às circunstâncias sociais, políticas e económicas ao longo do século XX.

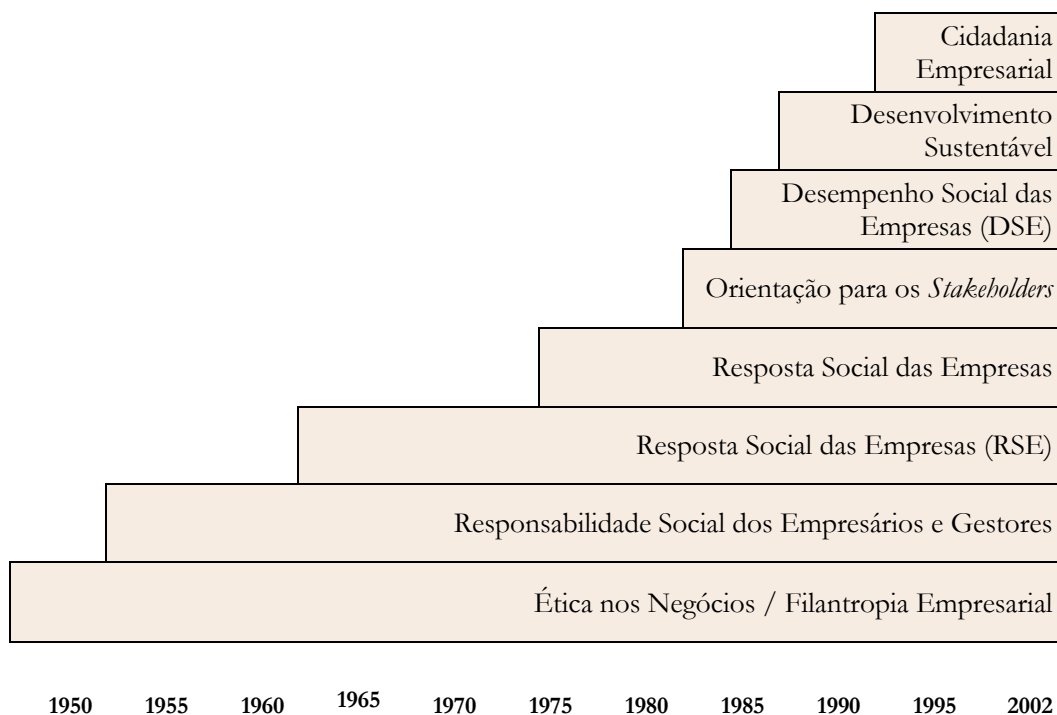
1 — A evolução da Crítica Social à Empresa¹⁵

<i>De 1900 a 1960</i>	<ul style="list-style-type: none"> * Desilusão perante promessas do liberalismo, amplificada pela crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e as consequências sociais e económicas da Grande Depressão. * Lucros extraordinários de alguns monopólios norte-americanos * Desenvolvimento das ciências da gestão e profissionalização da função gerencial. <p>CONCEITO DE RSE: A empresa socialmente responsável é aquela que realiza <i>filantropia</i> - concretizada em donativos financeiros e apoio a causas sociais - e que tem um bom sistema de <i>governança</i> corporativa.</p>
<i>De 1960 a 1980</i>	<ul style="list-style-type: none"> * Diminuição do crescimento da economia e elevadas taxas de desemprego. * Reivindicações crescentes da sociedade civil junto de monopólios de grande dimensão. * Discussão pública sobre a finalidade, os limites e as responsabilidades da ação empresarial (promovida pelo artigo de Milton Friedman publicado no <i>New York Times Magazine</i> em 1970, como reação às iniciativas assistencialistas da <i>General Motors</i>). <p>CONCEITO DE RSE: A empresa ascende à condição de "agente moral", evoluindo a responsabilização estritamente individual de quem toma decisões para uma responsabilização da empresa, no plano organizacional, como entidade moral sujeita a apreciação e condenação.</p>
<i>De 1980 até à actualidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> * Difusão de políticas neoliberais, tais como a redução de despesas sociais do Estado, as privatizações, a desregulamentação, a abertura de fronteiras comerciais e a flexibilização de relações laborais. * Aumento do desemprego decorrente do desenvolvimento de novas tecnologias que facilitam a automação industrial e provocam a rápida desactualização de competências. * Capitalismo industrial dá lugar ao capitalismo financeiro, com a concentração do capital em grandes investidores institucionais, cujas preocupações se limitam à rentabilidade dos seus investimentos, passando o desempenho empresarial a ser avaliado com recurso prioritário a indicadores de natureza financeira. <p>CONCEITO DE RSE: O conceito de "desenvolvimento sustentável" passa a integrar o discurso sobre RSE e a teoria dos <i>stakeholders</i> alarga o quadro de responsabilidades da empresa a todos os grupos que afectam ou são afectados pela ação empresarial.</p>

¹⁵ Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010),

Desta feita, com a crescente implementação da RSE, a empresa ascende à qualidade de «agente moral», estando portanto sujeita ao crivo social. Aliada à noção de RS, outros conceitos, tais como desenvolvimento sustentável e *stakeholders*, surgiram associados. O aparecimento destes conceitos espelham bem as preocupações empresariais, quer face ao meio ambiente, quer face aos diversos grupos de agentes cujos interesses tocam os da própria empresa. A figura abaixo exposta retrata, em termos cronológicos, o modo como a RSE abarcou os conceitos suprarreferidos e a eles se moldou.

2 — A Evolução dos Conceitos de RSE¹⁶



¹⁶ Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010),

Pese embora as divergências de entendimento e a consequente falta de consenso em relação a várias outras questões relacionadas com a RSE, Kreitlon¹⁷ identificou três características básicas que qualquer empresa, claro está, que se diga socialmente responsável, deverá observar:

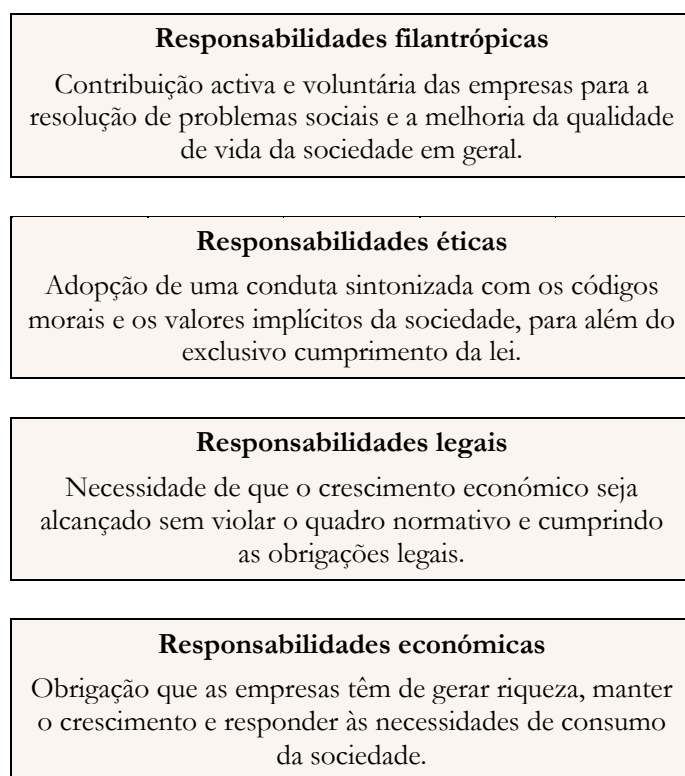
- «a) reconhecer o impacto que causam suas atividades sobre a sociedade na qual está inserida;
- b) gerenciar os impactos económicos, sociais e ambientais de suas operações, tanto a nível local como global;
- c) realizar esses propósitos através do diálogo permanente com suas partes interessadas, às vezes através de parcerias com outros grupos e organizações»¹⁸

Em 1979, Carroll já havia apresentado uma proposta com quatro tipos de responsabilidade social das empresas, as quais identificavam e traduziam as expectativas da sociedade civil em relação à atuação destas. O esquema é piramidal, justamente por haver tipos de responsabilidade mais exigentes, logo menos expectáveis por parte da sociedade. Após rápida análise da figura, constata-se que a responsabilidade económica, estando na base, é encarada como aquela que sustenta todas as outras e que, portanto, carece de maior urgência na sua satisfação; seguem-se-lhe, num segundo patamar, as responsabilidades legais; já num terceiro patamar, as responsabilidades éticas; por último, no cume da instância piramidal, encontramos as responsabilidades filantrópicas.

¹⁷ Maria Kreitlon, *A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: fundamentos teóricos da Responsabilidade Social Empresarial em XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* (Rio de Janeiro: ANPAD, 2004), 62.

¹⁸ Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010),

3 — Os tipos de Responsabilidades Social da Empresa¹⁹



¹⁹ Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010),

III. RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA OBRIGAÇÃO²⁰ EMPRESARIAL?

A partir da segunda metade do século XX, autores como Howard Bowen (1953) e Joseph McGuire (1963) vieram apor-se à visão liberal, segundo a qual a única missão da empresa era gerar lucro e enriquecer os seus proprietários.

De acordo com uma ótica liberal, constituindo o lucro uma expressão económica do crescimento, este tem legitimidade social, pelo que não deverá ter de ser alocado para fins sociais. Estes entendem que o lucro não é um fim mas um meio para prolongar a atividade empresarial, ainda que esta naturalmente esteja sujeita ao crivo social. Apesar de ambos contrariarem a visão liberal, Bowen e McGuire reservam entendimentos diferentes e aduzem argumentos dispares.

Por um lado, Bowen entende que o aumento do poder das empresas deve pressupor um aumento de responsabilidade, cabendo aos empresários a implementação de práticas que servissem os fins da sociedade. Por outro lado, McGuire defende o intervencionismo empresarial como modo de resolução de questões sociais, dizendo que as empresas devem pautar-se por valores morais que não se esgotem unicamente na prossecução da sua finalidade económica ou no mero cumprimento legal. Por seu turno, um outro autor, Davis, defende existir uma espécie de responsabilidade partilhada²¹ entre as empresas, o Estado e a sociedade na resolução de problemas atinentes à sociedade.

²⁰ José Maria Soares Franco, co-fundador da Duorum Vinhos, vaticina que «Um dia, a responsabilidade social das empresas será obrigatória, não voluntária.» Lurdes Ferreira, “Um dia, a responsabilidade social das empresas será obrigatória, não voluntária”, Público, <https://www.publico.pt/2014/06/30/economia/noticia/um-dia-a-responsabilidade-social-das-empresas-sera-obrigatoria-nao-voluntaria-1660971> (consultado a 30 de Abril de 2020)

²¹ Mário José Almeida de Sousa lembra que «Enquanto a RSE é ainda desenvolvida atualmente voluntariamente pelas próprias empresas, as autoridades públicas desempenham hoje um papel chave na definição de um quadro global e de condições que garantam e encorajem as melhores práticas», acrescentando também que «Enquanto o RSE é ainda desenvolvida atualmente voluntariamente pelas

Da segunda metade do século XX, destacam-se essencialmente três correntes de pensamento sobre o tema da RSE, defendendo entre si concepções mais ou menos amplas. As três correntes são a *Business Ethics*, a *Business and Society* e a *Social Issues Management*.

4 – A Responsabilidade Social e as Correntes de Pensamento ²²

<i>Business Ethics</i>
<i>Abordagem de inspiração filosófica, na forma de ética aplicada, normativa, centrada nos valores e julgamentos morais.</i>
Crença: A acção empresarial não é amoral, sendo susceptível de apreciação ética.
* Busca avaliar a moralidade dos comportamentos empresariais, como reflexo do processo decisório colectivo ou individual.
* Busca avaliar a moralidade do sistema económico, sua organização e função social.
<i>Business and Society</i>
<i>Abordagem sociopolítica, fundada numa visão contratualista da relação entre empresa e sociedade.</i>
Crença: Empresa e sociedade são entidades interdependentes que integram o mesmo sistema e têm um vínculo baseado num contrato social, competindo à segunda controlar e fiscalizar a acção da primeira, em resultado da legitimidade que aquela confere a esta para explorar recursos e transaccionar bens e serviços.
* Busca justificar a RSE como exercício do legítimo controle da acção empresarial por parte dos múltiplos grupos de interesse que são por ela afectados.
<i>Social Issues Management</i>
<i>Abordagem instrumental que procura compatibilizar o desempenho social das empresas (DSE) com a sua rentabilidade.</i>
Crença: A longo prazo, os interesses da empresa e da sociedade são convergentes, constituindo o DSE uma fonte de vantagens competitivas.
* Busca desenvolver ferramentas práticas de gestão dos impactos sociais da acção empresarial, que promovam o DSE e gerem, simultaneamente, oportunidades de crescimento económico para a empresa.

próprias empresas, as autoridades públicas desempenham hoje um papel chave na definição de um quadro global e de condições que garantam e encorajem as melhores práticas.» Mário José Almeida de Sousa, “A responsabilidade social das empresas...”, Expresso <https://expresso.pt/opiniaoblogues/correio/cartas/a-responsabilidade-social-das-empresas=f207794> (consultado a 10 de Março de 2020)

²² Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010),

A este respeito, Milton Friedman²³, opositor da RSE, considera a maximização do lucro a única responsabilidade das empresas, contanto que estas cumpram as normas legais e as demais regras estipuladas pelo mercado. Segundo Friedman, os gestores servem os interesses dos acionistas e, como tal, nessa qualidade, não dispõem de autonomia bastante para reservar determinada parcela dos lucros a fins não estritamente lucrativos, devendo tal contribuição ser fruto de uma vontade a título individual e não uma imposição resultante de critérios organizacionais de gestão. Este mesmo autor relembra ainda a inaptidão dos gestores para aferir a maior ou menor urgência das necessidades sociais coletivas que, segundo uma lógica de RSE, estes teriam de escalonar para saber como melhor responder.

No mesmo sentido que Friedman, também Theodore Levitt defende que cabe ao Estado a redistribuição da riqueza privada coletada por via do pagamento da carga fiscal, não competindo ao meio empresarial dar resposta a impasses sociais. No entanto, não sendo o Estado uma realidade isolada ou absolutamente independente, ambos os autores concordam que a conduta empresarial deve respeitar um conjunto de normas éticas que se encontram tacitamente acordadas e que proporcionam à entidade estatal melhores condições no desempenho das suas funções.

Já um outro autor, Clive Crook, perspetiva a RSE como «o tributo que o capitalismo presta à virtude», embora este mesmo ressalve que a proteção do interesse público deva recair sobre os governos e não sobre os gestores, cujo fito se deverá cingir aos interesses lucrativos dos acionistas. Na esteira oposta, surgem vozes como a de Carroll²⁴ (1979), considerando a Responsabilidade Filantrópica, a par da económica, legal e ética, como uma das obrigações empresariais face à sociedade. Assim, certos autores entendem que a filantropia terá lugar apenas no bolo privado, ou, sendo levada a cabo por uma empresa, tal ato deverá proporcionar o seu crescimento económico (Barry 2000 e Crook 2005).

²³ Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (Chicago:University of Chicago Press, 1962)

²⁴ Archie Carroll, *A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Social Performance*, vol. 4, Academy of Management Review (Nova Iorque: Academy of Management, 1979)

De acordo com esta linha de pensamento, a Responsabilidade Filantrópica não pode constituir uma obrigação universal das empresas, pelo que não deve assumir para estas a qualidade de obrigação moral. A dita Responsabilidade Filantrópica deve, sim, ser aferida casuisticamente, consoante a disponibilidade dos recursos de momento e os possíveis benefícios decorrentes do apoio a tais causas. Neste sentido relevam, justamente enquanto critérios orientadores da ação empresarial, os padrões de decência comum e justiça distributivas, que deverão procurar conjugar o bem-estar social e o crescimento económico.

A virtude moral da filantropia exercida por uma empresa, poder-se-á então dizer, é tanto maior quanto menor for a diferença entre o possuído e o cedido. Durante largas décadas, porém, vigorou no ramo empresarial uma espécie de lógica hobbesiana, incitadora de um espírito primário e combativo.

Esta visão de sobrevivência, digamos excludente, fora sendo abandonada ao longo da segunda metade do século XX, dando lugar ao capitalismo social, um novo sistema que primava tanto pela função social quanto pela sua dimensão económica. Assim, a empresa ampliou o seu espectro de preocupações éticas, procurando responder às pretensões dos demais agentes, tais como trabalhadores, fornecedores, parceiros, clientes, instituições, Estado, comunidade envolvente e o próprio meio ambiente, despojando-se assim da clássica interpretação de exclusiva apreensão para com os interesses dos acionistas.

Thiry -Cherques²⁵, defensor da RSE, lembra que «as empresas estão sendo chamadas à responsabilidade porque, havendo-se equivocado sistematicamente sobre o futuro da economia e da sociedade, vêem-se na contingência de reavaliar o peso dos efeitos das suas atividades e corrigir a sua conduta. Elas estão sendo responsabilidades pela indiferença, pelo equívoco e pela imprudência que nos trouxeram à situação de risco físico e espiritual em que nos encontramos. (...) Dentre as atitudes possíveis para enfrentar esse desafio, a mais sábia parece ser a de sacudir letargia e tentar dar conta

²⁵ Hermano Thiry-Cherques, “Responsabilidade Moral e Identidade Empresarial”, *Revista de Administração Contemporânea*, edição especial, 2003

do que está evidentemente errado. Trata-se de buscar uma nova identidade para as empresas.»²⁶

Porter e Kramer (2002) entendem que é do interesse das empresas empreenderem políticas de responsabilidade social, isto porque, verificando-se melhorias nas condições do ambiente, as empresas passam a gozar de melhores circunstâncias de crescimento e maiores oportunidades de negócios, logo maior será a probabilidade que estas têm de prosperar. Apesar disso, são ainda muito frequentes os olhares pessimista face à RSE, em grande medida fruto de uma visão reducionista que opõe as práticas empresariais de impacto social ao lucro, assimilando-as como realidades opostas ou inconciliáveis. Contudo, em resposta a tal argumento, podem-se apontar os vários estudos já elaborados no sentido de demonstrar que as obrigações de cariz social que ultrapassem aquilo que são as ditas obrigações legais fomentam boa relação entre o desempenho social e o equilíbrio financeiro das empresas (Simpson & Kohers, 2002; Moore, 2001; Roman *et al.*, 1999; Verschoor, 1998). A RSE é um meio de que as empresas dispõem para indiretamente melhorarem a sua imagem junto de consumidores, empresários, académicos, gestores e restantes profissionais, promovendo-se e atraindo aqueles que procuram um progresso sustentado e laudável, acentuando a assim a sua habilidade para responder aos desafios que a realidade apresentar.

²⁶ Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010), 32

IV. O (DES)INTERESSE DE INVESTIR NA RESPONSABILIDADE SOCIAL

«Uma vez que a satisfação das necessidades dos consumidores é um dos principais objetivos das empresas, torna-se fundamental compreender as sensações, percepções e interpretações, em relação a um produto ou serviço, que são absorvidas e desenvolvidas pelo consumidor (Solomon, 2011). A compreensão e percepção do consumidor em relação à RSE podem também ser influenciadas por algumas importantes variáveis demográficas, tais como, a idade, o género, o rendimento, a localização geográfica, o estilo de vida, a classe social e a estrutura familiar (Solomon, 2009).»²⁷

Perguntar se a Responsabilidade Social constitui um ato de filantropia financeira ou um investimento é, parece-nos, um falso dilema. Isto porque, se por um lado é inegável que a vocação da empresa é gerar lucro, pelo que se assume que todos os seus procedimentos se apresentam como investimentos, por outro lado o paradigma social e empresarial agora vigente supõe noções mais alargadas de lucro, bem como de responsabilidade.

A responsabilidade decorrente da capacidade consciente do ser humano avaliar, decidir e responder pelos seus atos, perante si, a sociedade ou a opinião pública, situa-se num determinado universo social, cultural e axiológico, de onde emerge um conjunto de expectativas em relação aos resultados da ação desenvolvida, quer no que concerne a deveres negativos, designadamente evitar o dano, quer no que respeita a deveres positivos, concretamente praticar o bem. Ora, apesar da ação humana ter como agente axiológico o indivíduo, e este ser um centro de decisão livre, consciente e voluntária, essa mesma ação assume consequências sociais relevantes ao estender-se a grupos e instituições, assumindo uma dimensão relevante no que

²⁷ Francisco Moreira, “Responsabilidade Social das Empresas: O impacto na decisão e comportamento de compra do consumidor” (dissertação de mestrado, ISEG, 2014), 7

respeita ao exercício da cidadania corporativa. Não será, portanto, do interesse das Empresas integrar as expectativas relativas à Responsabilidade Social no seu projeto empresarial?

Tal como António Pinto Leite defende: «o que se dá não constitui generosidade, mas sim investimento.»²⁸ Para tal, o conceito de lucro não pode ser reduzido a uma dimensão financeira onde se gere apenas benefícios económicos para os sócios, mas deve também ser concebido como um instrumento ao serviço do progresso social, contribuindo para fins sociais alargados. De acordo com este novo modelo de pensamento referente ao que é lucrativo, Ian Davis, diretor administrativo da McKinsey & Company, reforça esta ideia de necessidade de aposta no interesse coletivo, lembrando que: «há mais de 200 anos que o contrato social de Rousseau [um dos principais filósofos do iluminismo, precursor do romantismo e autor do famoso *Do Contrato Social*, publicado em 1762] ajudou a plantar a ideia, entre os líderes políticos, de que estes teriam de servir o bem público (...)»²⁹

A imagem social de uma empresa já não descarta a exigência de um compromisso ético assumido perante toda a comunidade, o que supõe um cuidado acrescido com a forma como a empresa trabalha, os serviços e produtos utilizados, as condições de trabalho dos colaboradores, bem como a responsabilidade social em relação à comunidade em que se insere e, em particular, em relação ao consumidor. É justamente deste último, o consumidor, que provém novas pressões sociais capazes de promover a integração de novos valores na prática empresarial. Ainda que possa não parecer especialmente sedutor auscultar e dar resposta a tais exigências, a verdade é que é do interesse empresarial contribuir para a satisfação, a longo prazo, dos seus efetivos e potenciais consumidores.

Como em nenhum outro tempo, o consumidor consciente e esclarecido dispõe do poder de compra como arma eficaz de intervenção social, capaz de assim

²⁸ Helena Oliveira, “Vamos construir esperança na crise”, Ver, <https://www.ver.pt/os-mais-surpreendentes-modelos-de-negocio-sao-aqueles-em-que-o-lucro-e-o-impacto-vivem-em-harmonia/> (consultado a 5 de Novembro de 2019)

²⁹ Helena Oliveira, “Vamos construir esperança na crise”, Ver, <https://www.ver.pt/os-mais-surpreendentes-modelos-de-negocio-sao-aqueles-em-que-o-lucro-e-o-impacto-vivem-em-harmonia/> (consultado a 5 de Novembro de 2019)

fazer valer as suas pretensões. Somos, pois, inclinados a corroborar a tese que defende que, de modo a otimizar a sociedade e a maximizar a valorização da reputação empresarial, há, do ponto de vista empresarial, todo o interesse em assumir a Responsabilidade Social como um imperativo. Pois ainda que alguns autores contraponham com a ideia de que a Responsabilidade Social pode ser usada como pura estratégia de Marketing de forma a melhorar o prestígio da empresa, facto é que o alcance das ações desenvolvidas em tal domínio mantém-se intacto, sublinhe-se, independentemente daquilo que as motivou.

V. FUNDAMENTOS ÉTICOS DA RSE: ÉTICA TELEOLÓGICA E ÉTICA UTILITARISTA

O tema da Responsabilidade Social das empresas, ao ganhar visibilidade a partir da segunda parte do século XX, abriu o debate sobre o tema nos meios académicos e políticos, destacando-se a *Business Ethics*, abordagem de cariz filosófica centrada na ética normativa aplicada, essencialmente preocupada com a fundamentação ética e filosófica da ação empresarial. Partindo do pressuposto de que a ação empresarial não é amoral, esta corrente de pensamento sujeitou essa mesma ação a apreciação ética, inscrevendo a avaliação do comportamento empresarial na avaliação do sistema económico, sua organização e função social. Dado que a Responsabilidade Ética não é imposta pela lei ou por motivações económicas, supondo sempre a adesão convicta do agente, que escolhe aderir de modo consciente e livre ao que considera ser o *bem*, resulta evidente a exigência de fundamentação de tal *compromisso ético*.

Assim, ao longo da história, várias foram as respostas filosóficas que procuraram superar o egoísmo puro da natureza humana propondo visões alicerçadas em crenças e valores. Tais perspetivas podem ser enquadradas num dos dois grandes grupos: as teorias éticas que defendem a posição de que o *bem* reside no resultado das ações humanas, inserindo-se aqui as éticas consequencialistas ou teleológicas, e as que defendem que o *bem* reside no cumprimento incondicional de princípios morais, nas quais se compreende as éticas deontológicas. Duas das teorias mais representativas destas duas correntes são, respetivamente, a ética utilitarista de John Stuart Mill e a ética formal de Immanuel Kant.

A ética utilitarista é uma doutrina segundo a qual a avaliação das ações deve ser feita exclusivamente em função do carácter vantajoso ou nefasto das suas consequências, ou seja, da *utilidade* de cada ação para a obtenção da *felicidade* geral. Por outras palavras, o que define o valor de uma ação é o facto de ela contribuir para promover *o melhor bem possível ao maior número de pessoas*.

Esta proposta de procura de prazer, hedonismo, supõe consideração pelo *outro*, de forma a construir-se um mundo cada vez menos imperfeito. Consciente de que o ser Humano tem tendência para colocar os seus interesses em primeiro lugar, Stuart Mill apontou duas condições para que a sua proposta pudesse ser alcançada. Uma das condições diz-nos que as leis e a organização social devem ter um papel na criação de uma harmonia entre os interesses do indivíduo e os de todos os outros, a outra diz-nos que a felicidade individual e geral estão relacionadas de forma inseparável. Neste sentido, segundo o autor, se estes requisitos fossem respeitados, cada indivíduo seria incapaz de conceber a sua própria felicidade sem tomar em consideração o bem de todos os outros, sentindo um impulso para a promoção do *bem* geral. Este utilitarismo altruísta, que supõe o sacrifício pessoal quando o *bem* dos *outros* o justifica, é de uma grande exigência.

Ainda assim, os críticos desta corrente defendem que a mesma ignora a intenção do agente, focando-se apenas nas consequências resultantes da sua ação. Inegável é, sem dúvida, a grande dificuldade em avaliar permanentemente as consequências de cada ato, dada a inevitável incerteza dos resultados que caracteriza a generalidade das decisões. Além disso, se a aplicação deste critério de avaliação moral é difícil de aplicar a nível pessoal, ainda mais o será a nível empresarial.

A preocupação com o bem estar geral da doutrina utilitarista supõe que o gestor empresarial se distancie da obediência cega aos princípios da economia liberal e procure o difícil equilíbrio entre a satisfação dos acionistas e dos demais indivíduos afetados (in)diretamente pela ação empresarial (colaboradores, parceiros económicos e sociedade em geral). Ignorar a necessidade de compensar economicamente os acionistas, ou igualmente ignorar a função social da empresa, desconsiderando necessidade de contribuir para o desenvolvimento económico e social dos múltiplos grupos sociais, constituiriam erros fatais, uma vez que comprometeriam a desejada maximização da utilidade da ação. Assim, na linha desta visão, a empresa é considerada uma célula de um organismo, neste caso da sociedade, havendo entre si uma relação de interdependência. Deste modo, considera-se útil perspetivar o lucro não como um objetivo absoluto e imperturbável, mas sim como uma realidade circunstancial e flexível, capaz de sacrifícios parciais e temporários, quando tal se justificar, em nome de interesses maiores que se lhe imponham.

Esta obrigação social das empresas, de raiz utilitarista, é retomada na atualidade pela mão do filósofo australiano Peter Singer, que defende a obrigação moral dos mais favorecidos, entre os quais indivíduos, instituições sociais e empresas, em contribuir ativamente para a melhoria das condições dos menos favorecidos.

Para Kant, não é possível avaliar se uma ação é moralmente *boa* pela consequência que produz. Para este autor, o único critério admissível reside na *intenção* do sujeito moral. Se a vontade de quem pratica uma ação é uma vontade boa, então a sua ação tem conteúdo moral bom. Para tal, no entanto, a lei moral não pode derivar da sensibilidade particular do Homem, mas antes daquela que mostrar de acordo com os ditames da razão, isto porque, o Homem sente constantemente uma inclinação para agir de acordo com os seus interesses egoístas, de acordo com a sua natureza agressiva e ambiciosa, descurando de valores de realização universal. Sendo assim, a razão é o que confere a autonomia ao agente moral, dado que é ele que é o autor das normas morais a que se subordina.

Neste sentido, agir bem é agir de acordo com o que a nossa razão nos diz que é o *bem*, é agir de *boa vontade*. Para Kant, a lei moral é um princípio racional e formal, expresso sob a forma de imperativo categórico da moralidade, constituído como princípio moral absoluto e incondicional, não admitindo exceções na sua aplicação. A sua teoria deontológica defende que uma ação é moral quando é realizada por puro respeito ao dever, por amor aos princípios. O *imperativo categórico*, que dita a forma da lei moral, impõe que se *deve agir apenas segundo uma máxima tal que se possa querer que ela se torne lei universal*.

Portanto, para uma ação ser moral não basta ser conforme o dever, isto é, em consonância com a legalidade, mas exige que seja motivada e realizada por puro amor ao dever, de modo totalmente desinteressada. O imperativo categórico Kantiano obriga ainda a que o *outro* seja sempre considerado com um *fim* em si mesmo, nunca como um meio, impedindo a sua instrumentalização.

Para o filósofo, o Homem é o autor da lei moral, pelo que goza de autonomia, porém a autonomia deve respeitar a universalidade já enunciada. Não nos é, contudo, fornecida nenhuma regra moral, apenas a exigente forma dessas leis, as condições mediante as quais estas se tornam válidas.

Na sequência do anteriormente referido, uma das críticas apontada a esta corrente é a dificuldade existente em concretizar plenamente. De facto, o que nos é fornecido e proposto são as bases de funcionamento da moralidade, delegando a sua aplicação ao critério de cada um, sempre confiando no exercício honesto da razão Humana. Ora, sendo o Homem um ser racional mas também dotado de sensibilidade, só uma vontade santa poderia materializar esta proposta, tal qual Kant reconheceu. Não obstante tais críticas, esta perspectiva deontológica tem, entre outros, o mérito de nos responsabilizar, situando-nos no plano da universalidade. Mesmo que não nos seja garantida a felicidade, é-nos proposta a aposta na dignidade do *ser* humano.

Aplicada ao contexto empresarial, a ética Kantiana apresenta-se como uma referência, mas também e sobretudo como um desafio, isto porque se a nível pessoal já é extremamente difícil aderir ao amor ao dever, ou seja, a uma ética desvinculada de qualquer interesse que não o da satisfação pessoal de se saber ter cumprido com o dever racional, muito mais difícil é a sua materialização num universo tão complexo.

Seguindo as diretrizes filosóficas propostas a ação empresarial para ter valor moral, esta deve ser orientada exclusivamente por um sentido racional do dever, o que exclui qualquer interferência no interesse das pessoas em geral, assim como exclui que a base da ação se encontre nos sentimentos de generosidade ou compaixão dos decisores.

Sendo que qualquer publicitação de uma ação social elimina todo o seu valor moral, justamente por corromper a natureza pura e virtuosa, torna-se muito mais difícil investir a esse nível. Já em termos de responsabilidade social, as ações tendem a naturalmente gozar de maior visibilidade e notoriedade, o que poderá contribuir para que mais pessoas se envolvam no propósito.

Parece-nos, pois, sensato considerar que o respeito pelo *outro* como um fim em si mesmo, a constituir-se matriz obrigatória nos modelos de gestão, introduzia mudanças estruturais que revolucionariam as relações da empresa com aqueles com quem esta se relaciona. Assim, na relação com colaboradores, clientes e sociedade, as empresas têm a possibilidade de se tornar verdadeiros modelos de atuação, referências morais catalisadoras de um novo paradigma, escorado na valorização e dignificação do Homem.

Em suma, cabe-nos a procura princípios deontológicos que norteiem uma ação moralmente boa e otimizadora do real, conciliando-os com a demanda utilitária, que em cada caso concreto nos permitirá procurar avaliar o modo adequado de promover o *bem* de todos.

VI. A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Face aos problemas de degradação ambiental acumulada ao longo de séculos, a relação entre o ser humano e o seu habitat natural encontra-se em revisão. Os tradicionais padrões de utilização dos recursos de que nos servimos, dos processos que usamos e dos destinos que damos aos resíduos estão a ser substituídos por outros menos agressivos e mais sustentáveis para uma gestão mais equilibrada e consciente da relação do ser humano com a natureza, quer a nível local quer a nível global. A prossecução de um modelo de desenvolvimento sustentável, necessário ao presente e essencial às gerações futuras, impôs-se como condição indispensável à sobrevivência e à qualidade de vida. A degradação ambiental resultante da exploração descontrolada de recursos e a poluição causada por indústrias não sujeitas a restrições ambientais provocaram enormes desequilíbrios e uma colossal perda de biodiversidade, sendo que um dos grandes desafios que hoje se coloca à humanidade é já o de reaprender a viver em harmonia com a terra numa base de verdadeiro equilíbrio. Dado que no cerne dos atuais problemas ambientais estão causas económicas, políticas e axiológicas, a aposta na sua resolução pressupõe uma intervenção articulada aos mais diversos níveis. Assim, o desenvolvimento sustentável necessita do desenvolvimento económico mas não se reduz a este. O objetivo prioritário passa por criar melhores padrões de vida, principalmente em países em vias de desenvolvimento, procurando diminuir as desigualdades sociais e, na melhor das hipóteses, erradicar a pobreza. Falar de desenvolvimento humano passa, pois, a significar falar da criação de um ambiente em que as pessoas possam desenvolver ao máximo as suas potencialidades e ter vidas produtivas e criativas. De acordo com este modelo, os aspetos mais básicos do desenvolvimento do ser humano são garantir acesso a bens que possibilitem usufruir de uma vida esclarecida e confortável, ou seja, alcançar as condições essenciais ao bem-estar humano. Deste modo, o desenvolvimento alicerça-se nos Direitos Humanos, reforçando-se mutuamente de forma a garantir a dignidade de todas as pessoas, construindo o respeito próprio, o respeito pelos demais e pelo habitat.

Como elemento fundamental para a discussão, importa referir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores que permite classificar os diversos países do mundo. Desde 1993, utilizado pelo PNUD, este é o modo padronizado de avaliar e medir o bem-estar de uma população. O PNUD é um programa das Nações Unidas que visa o desenvolvimento sustentável de todos os povos, incorporando inúmeras ações e traçando metas e objetivos para cada nação de forma a promover a cooperação entre países com capacidade para auxiliar Estados menos desenvolvidos. De acordo com esta nova ordem global proposta, um desenvolvimento sustentável, efetivo e duradouro, incluirá o progresso social, dentro do qual se compreenderá melhor acesso ao conhecimento, melhor alimentação e cuidados de saúde, o progresso da economia, através de um melhor desenvolvimento humano e da aposta futura numa menor desigualdade, e o progresso da eficiência, equidade, participação, liberdade e segurança. É nesta exigência de gestão equilibrada, onde se terá de regular economia, bem-estar social e ambiente, que entronca a Responsabilidade Social.

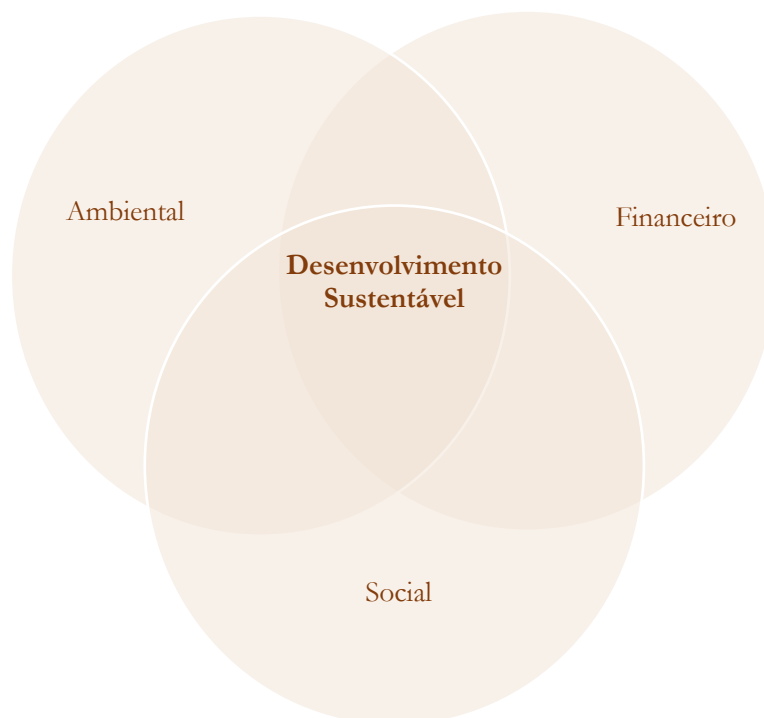
O Desenvolvimento Sustentável, mais do que um modelo de conveniência ou uma expectativa gerada no seio da sociedade, afirma-se como um padrão de atuação sem o qual as empresas não conseguem vingar. Segundo a Comissão Europeia, a RSE é entendida como «a integração voluntária das preocupações sociais e ambientais, por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.»³⁰ Legítimo, porém, será perguntar até que ponto a integração destas preocupações é realmente voluntária³¹, na medida em que a sua não inclusão pode trazer consequências absolutamente devastadoras para uma empresa. As empresas, enquanto agentes disseminadores do DS, devem justamente reduzir o impacto negativo proveniente das suas condutas e procurar estar em harmonia com boas práticas de gestão, tal qual pressupõe a responsabilidade social. Por outras palavras, para que melhor se compreenda, a responsabilidade social pode

³⁰ Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 7

³¹ Confrontar discussão Capítulo III

ser perspectivada a partir de três grandes domínios, a saber: económico, social e ambiental.

5 — Os Pilares do Desenvolvimento Sustentável³²



A **dimensão social** (presente na imagem 5), que estuda o impacto da organização nas partes envolvidas, divide-se em duas vertentes: a vertente interna, relativa às pessoas que integram a sua base, e a vertente externa, respeitante à comunidade onde se insere.

Quando falamos na vertente interna da dimensão social, falamos de aspetos que, influenciando a motivação e o bem-estar dos colaboradores, permitem potenciar a qualidade, produtividade e inovação. São aspetos relativos ao local de trabalho e ao colaborador, tais como a segurança no emprego, o trabalho flexível, o apoio

³² ³² Filipe Almeida, *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas* (Cascais: Principia, 2010), 314

familiar, a justa compatibilização da vida pessoal e profissionais, a saúde e a valorização da pessoa.

A concessão de prémios de desempenho e a promoção de fóruns de discussão são exemplos de estímulos através dos quais se combate a passividade, promovendo uma atitude proactiva e uma consciência de valorização meritocrata.

A adoção destas de políticas de Responsabilidade Social conduz à redução de custos, melhoria de resultados financeiros, aumento do valor das ações, aumento da produtividade, maior empenho e lealdade, e estimulação de trabalhadores competentes.

Já a vertente externa³³ da dimensão social, não menos importante que a vertente interna, compreende as preocupações assumidas que se estendem para lá da esfera da própria empresa, isto é, a interação externa que esta estabelece com os demais parceiros sociais e partes interessadas. Assim, difunde-se uma política de diálogo e intervenção que prospera o reconhecimento social da empresa, o que permite fidelizar os clientes e garantir a longevidade da empresa. O desejável será, pois, encontrar um justo equilíbrio entre o cumprimento das imposições legais que lhes são impostas e a liberdade de atuação, que, enquanto propulsora de mudança, lhe é própria.

Quanto à **dimensão ambiental**, é factual dizer que esta tem sido perspectivada como essencial. A comunidade tem-se mostrado cada vez mais atenta aos impactos da atuação empresarial no meio ambiente, procurando incentivar o desenvolvimento de medidas preventivas que tenham como fim atenuar os danos decorrentes da exploração do ambiente. Tem-se desenvolvido aquilo que ganhara o nome de sistema de gestão ambiental. As práticas compreendidas neste sistema permitem não apenas um bom desempenho ambiental, como também um melhor desempenho económico, zelando pela preservação e conservação futura dos recursos naturais.

No que respeita à **dimensão económica**, poder-se-á dizer que esta é aquela que fecunda relação mais próxima com a atividade principal da empresa, uma vez que a grande finalidade desta última é o lucro. Esta dimensão diz respeito às repercussões

³³ Esta vertente compreende medidas focadas no desenvolvimento financeiro e económico, no envolvimento global com a comunidade, na formação profissional e na adoção de parcerias.

da atuação empresarial no todo do sistema económico, isto é, ao modo como as preocupações sociais, éticas e ambientais são globalmente acolhidas pela empresa e se traduzem na sua linha de atuação.

De entre os parceiros estratégicos com os quais a organização empresarial mantém contacto mais direto, destacam-se, essencialmente, os fornecedores ou parceiros comerciais, os clientes e os investidores ou acionistas.

Face a fornecedores ou parceiros empresariais, são conhecidas algumas medidas. O foco passa, designadamente, pela adoção de rigorosos critérios de triagem de fornecedores, promoção das mais elevadas condições de trabalho, salvaguarda dos direitos humanos e, entre outras, estipulação de prazos mais dilatados para pagamento e apoio ao mercado local.

Quanto aos clientes, a responsabilidade social compreende a contínua satisfação no serviço, a prevalência da absoluta transparência e a prática de preços equitativos. Em relação a investidores e acionistas, a Responsabilidade Social é senão vista como um mecanismo através do qual a empresa pode alcançar uma boa reputação e assim se promover. Desta feita, a RS permite à empresa obter ganhos através de impactos diretos, nos quais se compreende a valorização da organização, e indiretos, onde se promovem efeitos positivos para a região ou país. Assim, consolidam-se relações já nascidas e propicia-se a abertura a novos clientes e mercados.

VII. RSE: DIMENSÃO INTERNA E EXTERNA

«Although there is not yet one generally accepted definition of CSR, CSR is generally understood to be “doing more than what is required by law”, i.e., beyond legal compliance.»³⁴

Destinada a promover um quadro europeu para RSE, a Comissão apresentou o então intitulado “Livro Verde”. Através da sua análise, compreendemos a existência de duas grandes dimensões de responsabilidade social: a interna e a externa.

DIMENSÃO INTERNA

No que concerne à dimensão interna, a qual justamente respeitante ao próprio seio da empresa, destacam-se quatro grandes áreas de atuação: (1) a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais; (2) a adaptação à mudança; (3) a saúde e segurança no trabalho; (4) a gestão dos recursos humanos.

(1) Quanto à gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais, numa ótica da RSE o objetivo é conseguir atenuar o impacto ambiental. Através de um controlo cuidado nos processos de distribuição dos bens e serviços, procurar-se-á a redução da exploração de recursos nas emissões poluentes e na produção de resíduos. Assim, assistir-se-á uma redução das despesas energéticas e de eliminação de resíduos, bem como dos respetivos custos de matéria-prima e despoluição. Na esfera ambiental, investimentos desta índole apelidam-se de oportunidades “*Win-Win*”³⁵, sendo simultaneamente benéficas para o

³⁴ Karin Buhmann, *Corporate Social Responsibility: What role for law? Some aspects of law and CSR*, (Melbourne: Emerald Group Publishing, 2006) 189

³⁵ António Brochado Correia diz-nos que «uma CSR [*Corporate Social Responsibility*] à margem da atividade da empresa não passa de mera retórica», esclarecendo que «Não se pode tratar a criação de valor como um *zero sum game*. Ou seja, criar valor não é sinónimo de poluir ou explorar (e quanto

ambiente, na medida em que melhor o preserva, e para as empresas, que irão assim aumentar os seus lucros e reforçar a sua competitividade. Neste sentido, importa destacar a Política de Produtos Integradas (PPI), que opera como um meio através do qual, consertando esforços de empresas e autoridades públicas, se dialoga de modo a traçar uma linha de ação mais sustentável. Acresce a esta política, ainda no campo da RSE, o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) ISO 19000, cujo propósito é tentar implementar sistemas de ecogestão e auditoria que ajudem a lograr um melhor desempenho ecológico.

(2) Em termos de adaptação à mudança, cabe referir que as fusões e aquisições empresariais levaram a variadíssimas ações de reestruturação. De modo a evitar graves crises no seio das comunidades aquando de tais ações, torna-se absolutamente imperativo que tais reorganizações tomem um rumo socialmente responsável, isto é, que procedam a um justo equilíbrio dos interesses de todas as partes interessadas que, por força de tais mudanças e decisões, serão visadas. Nesse sentido, deverão delinear-se estratégias de modo a que, uma vez identificados, ponderados e devidamente acautelados os riscos, bem como previstos os demais custos, se possa reduzir ao máximo as consequências geradas pelas ações de reestruturação.

Refira-se também que, afim de salvaguardar os direitos dos colaboradores, devem estes, sempre que possível e necessário, receber formação profissional suplementar; acresce ainda a necessidade de se modernizarem os instrumentos e processos produtivos, assim como a consolidação de uma maior preocupação em firmar parcerias adequadas. Desta feita, como se vê, uma reestruturação socialmente responsável requer a participação e associação de

menos uma empresa polui ou explora, menos valor cria). É fundamental que entendamos que, pela reengenharia de vários elementos ao nível do core business, podemos simultaneamente fazer o bem (ou pelo menos fazer menos mal) para a sociedade e criar valor para os acionistas. Há um enorme potencial para *win-win*.» António Brochado Correia, “A responsabilidade social das empresas é mera retórica”, Público, <https://www.publico.pt/2011/03/06/jornal/a-responsabilidade-social-das-empresas-e-mera-retorica-21481059> (consultado a 18 de Dezembro de 2019)

todos os elementos, a disponibilização de toda a informação considerada relevante e a devida promoção de consultas abertas.

Para que melhor se compreenda a importância — e também, digamos, complexidade — deste fenómeno, um estudo apurou que menos de uma em cada quatro operações de reestruturação atinge os objetivos pretendidos. Dito de um outro modo, mais de setenta e cinco por cento das ações de reestruturação falha o seu propósito.

(3) A saúde e segurança no trabalho tem, atualmente, encontrado sua expressão na adoção, e subsequente concretização, de medidas legislativas. No entanto, devido à crescente externalização do trabalho, consignado a contratantes e fornecedores, as empresas tem sido obrigadas a uma atitude mais vigilante e diligente face aos contratantes, especialmente quando trabalham em instalações próprias.

Vive-se, hoje, mais do que em qualquer outro tempo, uma cultura de prevenção, por via da qual se faz uma enorme promoção da saúde e da segurança. Contrariamente ao que até então sucedera, os critérios de saúde e segurança no trabalho são de tal modo determinantes que, quando não estritamente respeitados, poderão implicar o descrédito, até mesmo exclusão, da empresa no mercado.

Porém, com o tempo este problema tem-se vindo a esbater tempo, têm surgido programas de certificação de sistemas de gestão e de subcontratação centrados na segurança e saúde no trabalho, o que levou a que muitas empresas passassem a incluir critérios de segurança e saúde no trabalho nos seus regimes de adjudicação de contratos.

(4) Uma adequada gestão dos recursos humanos é a premissa-mãe para que uma empresa possa adotar práticas socialmente responsáveis. Nesse sentido, a política empresarial deve primar por uma cultura de contratação de colaboradores qualificados, deve estimular a aprendizagem e formação constantes, procurar uma maior conciliação de vida pessoal e profissional, apoiar na transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho, adotar

parcerias com agentes locais para programas de formação e educação, disponibilizar melhor e mais completa informação quanto ao estado de vida da empresa, incrementar a gradual responsabilização dos colaboradores, impulsionar a igualdade salarial, fomentar a perspetiva de carreira, dispor de uma maior diversidade de recursos humanos, implementar o regime de participação nos lucros da empresa, efetuar um acompanhamento cuidado e ativo aos colaboradores que, devido a incapacidade ou lesão, não se encontrem em exercício de funções, acolher práticas de recrutamento responsáveis que lutem contra a exclusão social e reduzam o desemprego, e, entre outras, assumir como preocupação alcançar uma adequada gestão e segurança dos postos de trabalho.

DIMENSÃO EXTERNA

No respeitante à dimensão externa da responsabilidade social, esta envolve-se e familiariza-se, de grosso modo, com quatro grandes realidades: (1) comunidades locais; (2) preocupações ambientais globais; (3) Direitos humanos; (4) parceiros comerciais, fornecedores e consumidores

(1) É de entendimento generalizado que a responsabilidade social das empresas excede as fronteiras da sua própria esfera e, como tal, deve procurar fértil acolhimento junto das comunidades locais. Como se lê no Livro Verde «A reputação de uma empresa na sua zona de implantação, a sua imagem não só enquanto empregador e produtor, mas também enquanto agente no plano local, são fatores que influenciam a competitividade.» É útil que a comunidade onde a empresa se insere a perspetive como uma entidade importante em termos de emprego, remunerações, benefícios e impostos, da mesma forma que é conveniente à empresa encontrar uma comunidade estável, próspera e salubre, uma vez que as empresas tendem a contratar colaboradores locais, pelo que vislumbram interesse direto na boa preparação dos mesmos. Assim, a familiaridade e tradição da empresa fundidas na comunidade local

pode resultar numa grande vantagem comercial, facto de que os agentes empresariais deverão saber tomar partido.

(2) Em termos ambientais, devido à exploração dos ecossistemas, solo, água e atmosfera, surge, em virtude do desgaste provocado por essa mesma exploração, a necessidade de uma maior responsabilização. As preocupações ambientais globais obrigam a que a atividade empresarial obedeça a uma lógica de desenvolvimento sustentável.

(3) Os Direitos humanos, igualmente relevantes quanto à dimensão externa da RSE, surgem como um modo de procurar garantir o respeito das normas laborais, proteger os grupos vulneráveis, lograr a igualdade de oportunidade e pôr termo aos abusos laborais. Esta tentativa, embora louvável, porque visa o combate às violações de direitos fundamentais, gera contornos políticos, jurídicos e morais.

Tais normas não substituem as disposições legais em vigor, tão-somente visam complementá-las, com o devido — e sempre na medida do exigível — respeito pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Neste sentido, estas disposições visam implementar requisitos mínimos relativos a remuneração, número de horas de trabalho e outras condições sociais afetas.

(4) A RS não se limita ao núcleo da empresa, estende-se também à sua rede comercial, isto é, aos parceiros comerciais, neles se compreendendo fornecedores e consumidores. Aliado a um relacionamento dinâmico, as empresas devem procurar também promover a saúde económica dos seus parceiros comerciais, quanto mais não seja porque, fazendo-o, maior é a probabilidade de conseguirem a redução e complexidade dos custos das operações. Promover paralelamente práticas social e ambientalmente

responsáveis influencia positivamente toda a cadeia produtiva, acabando por se traduzir numa vantagem competitiva³⁶.

³⁶ O professor e economista Fernando Ribeiro Mendes, ex-presidente da Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas, diz-nos que «o teste essencial para as políticas de RSE não é se uma causa tem valia, mas se ela representa uma oportunidade para criar valor partilhado, isto é, se constitui um benefício significativo para a sociedade que também é valioso para o negócio», lembrando que «a RSE pode e deve constituir um valioso contributo para alicerçar vantagens competitivas diferenciais.» Fernando Ribeiro Mendes, “Responsabilidade social das empresas em tempos de crise”, Expresso , https://expresso.pt/blogues/bloguet_economia/blog_exames_dia/responsabilidade-social-das-empresas-em-tempos-de-crise=f493384 (consultado a 2 de Fevereiro de 2020)

VIII. O ACOLHIMENTO DA RSE NO DIREITO PORTUGUÊS

O conceito de interesse social, não pouco discutido, encontra enquadramento legal no artigo 64.º do CSC. O n.º1, alínea b) do artigo 64º, relativo aos deveres fundamentais dos gerentes ou administradores das sociedades, diz-nos que estes devem observar: «Deveres de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os trabalhadores, clientes e credores.»

A este propósito, a questão que impera é a de aferir a extensão deste dever de lealdade, isto é, compreender se tal dever existe, ou não, face a todas as pessoas. Discutem-se, portanto, os interesses que a empresa pode e deve seguir.

Definir os interesses a seguir por uma empresa é, claro está, um entendimento que varia de sociedade para sociedade, país para país, não havendo uniformização legal entre os demais países europeus.

Uma das teorias da *corporate governance* defende a adoção de critérios que atendam aos interesses empresariais motivados pelo lucro, ou seja, que a realização dos interesses societários se foque no provento económico. Aqui enquadra-se a tese contratualista, que é, a par da institucionalista, uma das teses relativas ao interesse social. A filosofia contratualista defende que o interesse da empresa corresponde aos interesses dos sócios, uma vez que são estes que detêm o interesse social da sociedade em causa.

Na esteira oposta, encontramos os adeptos do *stakeholderism*, que sustentam que se abrace o interesse de todos os sujeitos. Esta posição, que procura salvaguardar o interesse coletivo, tem, como explica Catarina Serra, méritos e fraquezas; um dos méritos será, por exemplo, o de que, estando em causa um interesse que se perspetive como coletivo, naturalmente será mais fácil estimular as pessoas e obter a sua colaboração na obtenção de melhores resultados, visto que estas beneficiarão com a obtenção destes. Integram-se, aqui, os partidários da teoria institucionalista, que advogam que o dito interesse social comunga tanto a vontade dos sócios como a de

todos aqueles que mantêm algum tipo de relação económica com a empresa, compreendendo-se, entre outros, credores, consumidores, clientes e trabalhadores. Porém, apesar deste vínculo gerado por um sentimento comum de pertença, no qual a empresa vai além de um finalidade puramente lucrativa, uma das fraquezas desta posição reside na dificuldade existente em procurar considerar os interesses de todas as partes. Assim, perante anseios divergentes, cabe à administração da sociedade pautar a sua conduta por critérios sérios e credíveis, não permitindo que a amplitude de propensões reduza a sua eficiência ou encarreire a empresa por caminhos desviantes.

A RESPOSTA DA DOUTRINA

Na doutrina encontra-se, por um lado, o entendimento do Professor Menezes Cordeiro, segundo o qual, no campo societário, o interesse social se traduz no interesse comum dos sócios, motivados na e pela qualidade de sócios.

Por outro lado, o parecer de Coutinho de Abreu, que embora considerando que o interesse social é, sim, o interesse dos sócios, ressalva que este interesse deverá resultar da comunidade de interesses existentes entre os demais sócios, não podendo descender de vontades individuais que se dissociem do escopo lucrativo da sociedade. Nas suas palavras, o interesse social trata-se da «relação de necessidade de todos os sócios enquanto tal na consecução do lucro e o meio julgado apto a satisfazê-la.»

Segundo Catarina Serra, «A dualidade reflete a divisão entre aqueles que defendem que a empresa é matéria de interesses privados e aqueles que defendem que é matéria de interesse público e, por isso, defendem que os sócios não devem ser os únicos beneficiários dos deveres dos administradores e propugnam uma maior regulação.»

Tem-se entendido que o dever de lealdade dos administradores, referido no artigo 64.º, n.º1, alínea b) do CSC, se verifica em relação à sociedade e sua envolvente. A empresa passa, portanto, a ter também em linha de conta responsabilidades sociais e ambientais, abandonando a clássica ideia de maximização do lucro a curto prazo, porém nunca sacrificando de modo injustificado ou inadmissível os interesses dos próprios sócios.

Em caso de incompatibilidade entre os interesses dos sócios e os interesses dos *stakeholders*, deverão prevalecer os interesses dos sócios, salvo os casos em que tais interesses figurem como eticamente intoleráveis por se demonstrar que lesam gravemente os interesses dos demais *stakeholders*.

No dizer de Coutinho de Abreu, as empresas responsáveis socialmente são aquelas que contribuem para a «coesão geral e ecológica», esclarecendo que tal se deverá traduzir «ao nível interno, pela melhoria da situação dos trabalhadores e por reduções na exploração dos recursos naturais, nas emissões poluentes, e ao nível

externo, pela maior consideração dos interesses das comunidades locais, dos parceiros comerciais, fornecedores, clientes.» Este mesmo autor lembra a importância da distinção entre o interesse social e responsabilidade social, justamente por sobre esta última recair não um dever jurídico por parte dos administradores da sociedade — como sucede em relação ao interesse social — mas tão-somente um compromisso que, embora voluntariamente assumido, resulta das pressões externas a que a empresa fora sujeita.

O que deverá existir é, pois, uma relação de instrumentalidade, de modo a que a satisfação dos interesses dos *stakeholders* seja igualmente benéfica à realização do interesse social. Dito de outro modo, ao explorar recursos que são da coletividade, a empresa precisará do consentimento desta para prosseguir tais fins, pelo que se compreende que a coletividade exija que tal exploração resulte em algum proveito em favor da sociedade, e não apenas da própria empresa.

Ora, ainda que quer o interesse social quer o interesse dos sócios visem o lucro, muito distingue estas duas realidades autónomas. Enquanto que o interesse dos sócios tem em vista a maximização do lucro num futuro mais imediato, o interesse social diligencia o interesse dos sócios no longo prazo, procurando promover o desenvolvimento das realidades envolventes e afetas à empresa, de modo a aumentar o valor global desta.

Em suma, seja qual for o tipo de visão perfilhada, parece resultar claro que a RSE, ainda que desprovida de vinculação jurídica, faculta uma oportunidade de maximização do interesse societário no longo prazo, tornando-se assim uma conveniente e praticamente incontornável técnica de *marketing*. Neste sentido, e de modo a que se acautelem todos os interesse na sociedade, Coutinho de Abreu defende que se devem observar determinados procedimentos, tais como o «dever de obter informação sobre o impacto previsível das suas decisões e o dever de justificar as decisões que contendam significativamente com os interesses de alguns dos *stakeholders*.»³⁷

³⁷ Jorge Manuel Coutinho de Abreu Abreu. *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades*. (Coimbra: Almedina, 2010)

POR QUE RAZÃO É A RSE ALVO DE TRATAMENTO JURÍDICO?

O artigo 980º do CC determina que o elemento distintivo de uma sociedade face a outras entidades é o fim lucrativo. Assim, diz-nos o artigo 6.º/2 do CSC que «As liberalidades que possam ser consideradas usuais, segundo as circunstâncias da época e as condições da própria sociedade, não são havidas como contrárias ao fim desta», pelo que se conclui pela inadmissibilidade de doações ou liberalidades.

Timothy M. Devinney é uma das vozes da doutrina que corrobora o entendimento previamente exposto. Timothy diz-nos, pois, que a finalidade empresarial não é resolver problemas sociais mas sim gerar lucro.³⁸ Neste sentido, igualmente, Milton Friedman sustenta que a única responsabilidade social das empresas passa por, sempre com respeito pelas disposições legais, utilizar os recursos de que dispõem tendo em vista a maximização do lucro. Se assim não acontecer, as quantias despendidas em responsabilidade social resultarão numa diminuição de lucros, logo a empresa estará a sacrificar dinheiro dos sócios para um dito fim social, quando serão os consumidores que, na prática, serão afetados ao depararem-se com um acréscimo no preço dos produtos.

A RS, importa dizer, tem natureza voluntária e, como tal, pressupõe a transcendência das obrigações puramente legais³⁹; portanto, esta é não uma responsabilidade em sentido técnico-jurídico, qual responsabilidade civil, mas sim um compromisso implicitamente assumido pela própria condição empresarial, que impele a atuar sem dependência de positividade jurídica.

³⁸ Timothy M. Devinney, “Is the socially responsible corporation a myth? The good, the bad and the ugly of corporate social responsibility”, *Academy of Management Perspectives*, Maio 2009

³⁹ «Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais.» in Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 7

Face às crescentes campanhas de sensibilização e apelo a um consumo eticamente responsável, as empresas mais astutas encontraram na RS um meio conveniente de colher boa aceitação comunitária. Abandonando a tradicional visão reativa do Direito, é hoje exigível uma postura proactiva que antecipe e previna consequência nefastas, promovendo, tanto quanto possível, o seu oposto. Sem a colaboração da estrutura jurídica, a RS enfrenta dificuldades acrescidas para vingar e apelar para a necessidade da sua prática. Assim, o processo legislativo, enquanto espelho que se quer e pressupõe da sociedade, deve procurar estimular a adoção de comportamentos socialmente responsáveis por parte das empresas. Portanto, através quer da criação de certos deveres jurídicos, quer da imposição de determinadas condições sem as quais uma empresa seria excluída de um procedimento concursal, o Direito pode procurar alertar para a importância de aspetos ético-sociais e alentar boas intenções. Porém, se o Direito não for coercivo, isto é, se da inobservância das disposições legais não resultar qualquer sanção, este será visto como um mandamento estéril, vazio, desprovido de autoridade.

De modo a contrariar tal possibilidade, seria útil a apresentação de um relatório no qual as empresas fizessem prova da adoção de práticas socialmente responsáveis, as quais lhes poderiam valer algum tipo de benefícios fiscais ou de outro género, a fim de procurar que este tipo de comportamentos, ainda que ocasionados por outras razões que não as de ideologia ou consciência ambiental, adentrassem no nosso dia-a-dia.

NORMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL VIGENTES EM PORTUGAL

A legislação portuguesa tem revelado alguma sensibilidade relativamente a questões do âmbito da Responsabilidade Social. A Constituição da República Portuguesa, barómetro fundamental da nação, deu já passos importantes no sentido de promover, entre outros exemplos possíveis, a proteção no despedimento, a higiene, saúde e segurança no trabalho, o direito à greve e à associação sindical e os direitos de igualdade independentemente do género, idade, religião, nacionalidade, convicções políticas ou profissionais.

No mesmo sentido, o Código do Trabalho também espelha preocupações semelhantes, tendo já legislado a favor da igualdade e não discriminação, proteção da maternidade e paternidade, defesa dos trabalhadores com capacidade de trabalho parcial ou totalmente reduzida, criação de estruturas de representação coletiva dos trabalhadores e proibição de despedimento sem justa causa.

Outras normas de origem portuguesa⁴⁰ e legislação europeia também expressaram um certo impulso à adoção de práticas socialmente responsáveis, tendo já providenciado medidas conducentes a uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, assistência e proteção de classes laborais mais desfavorecidas⁴¹, atribuição de pensões de invalidez, velhice, sobrevivência e doença profissional, reforço de cuidados de segurança social e atribuição de abonos.⁴²

⁴⁰ Estão em causa diplomas legais como, por exemplo, Resoluções, Decretos-lei, Portarias, Leis e Despachos.

⁴¹ Compreende-se aqui, entre outros, trabalhadores menores, trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho.

⁴² Abono pré-natal e abono de família.

Podem-se dar notas de alguns possíveis exemplos de promoção legislativa da Responsabilidade Social no ordenamento jurídico português:

- **Decreto-Lei n.º 34/2004, de 19/02:** cria a Direção-Geral da Empresa, atribuindo-lhe, entre outras, a competência de «promover o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas, visando reforçar a competitividade empresarial.»
- **Lei n.º 12/2004, de 30/03:** o artigo 2º desta lei vem estabelecer que o regime instituído por esta mesma lei «visa regular a transformação e o desenvolvimento das estruturas empresariais de comércio, (...) tendo por fim último a defesa do interesse dos consumidores e a qualidade de vida dos cidadãos, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas.»
- **Lei n.º 55-A/2004, de 30/12:** esta lei veio traçar opções para o plano do ano vindouro, e fixar alguns objetivos, tais como a «promoção e integração da responsabilidade social das empresas no âmbito da política de conservação da natureza, designadamente no tocante num contexto de novos modelos do governo das empresas e de exercício de cidadania» e a «promoção e integração no quadro da política de ambiente da estratégia de responsabilidade social das empresas que considera para além do desempenho financeiro, contempla também a preocupação com os efeitos sociais e ambientais das suas atividades.»
- **Lei n.º 4/2007, de 16/1:** tal lei veio aprovar as bases gerais do sistema de segurança social.
- **Lei n.º 8/2008, de 18/02:** esta lei veio transpor a Diretiva n.º 2003/72/CE, do Conselho, completando o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia no que diz respeito ao envolvimento dos trabalhadores. O órgão de direção ou

administração da sociedade cooperativa europeia, lê-se nessa mesma lei, deve apresentar ao conselho de trabalhadores um relatório anual pormenorizado e documentado, devendo nesse mesmo relatório constar, entre outros aspetos, as iniciativas relacionadas com a responsabilidade social das empresas.

- **Decreto-lei n.º 209/2008, de 29/10:** vem estabelecer o regime do exercício da atividade industrial, tendo em vista «prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, visando salvaguardar a saúde pública e dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a higiene e segurança dos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas.» Neste mesmo ano, entenda-se 2008, é criado pelo Instituto Português de Qualidade a primeira normativa nacional relativa a responsabilidade social.
- **Decreto-lei n.º 21/2009, de 19/01:** estabelece o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais.
- **Decreto-lei n.º 108/2009, de 15/05:** este decreto vem submeter as empresas que pretendam obter o reconhecimento das suas atividades como turismo de natureza a determinadas condições de acesso e de exercício, implementando a obrigatoriedade de um pedido de reconhecimento para o efeito (artigo 20, n.º1).
- **Portaria n.º 651/2009, de 12/06:** define o código de conduta para empresas que exerçam atividades reconhecidas como turismo de natureza.

Perante isso, verifica-se que a RSE e o ordenamento jurídico são realidades que, a fim de melhores resultados, terão de caminhar de mãos dadas.

O artigo 64º do CSC estabelece dois deveres fundamentais para gerentes e administradores de sociedades comerciais: deveres de cuidado e deveres de lealdade.

Tais deveres, quando não observados, poderão acarretar, além de destituição com justa causa de gerentes e administradores (artigos 191º/4; 257º/1 e 6; 403º/1 e 4 do CSC), processos de responsabilidade civil perante sócios e terceiros (artigo 79º do CSC).

Porém, cabe aqui dizer, como de resto algumas vozes oportunamente o lembraram, que as empresas não se deverão substituir ao Estado, ou seja, que o esforço empreendido no sentido da RS não deverá conduzir a uma desresponsabilização por parte da autoridade estadual, que vê assim as suas incumbências confiadas ao setor empresarial. Por outras palavras, o mesmo será dizer que as empresas devem ter um papel ativo e complementar, embora nunca sucedâneo, daquilo que são as responsabilidades do Estado. Se tal porventura tomasse lugar, incorrer-se-ia num grave risco, que seria o de permitir que, a diversos níveis, o destino da sociedade se encontrasse em perfeito estado de sujeição ante o livre-arbítrio empresarial, que poderia comprometer um desenlace que se crê — e tem de se garantir que seja — transparente, criterioso e perene. Em defesa desta ideia, Coutinho de Abreu lembra que «É bom que se promova a responsabilidade social das empresas (...) mas sem que essa promoção obnubile o carácter individual egoísta da empresa capitalista. E de modo a que à afirmação da responsabilidade das empresas não vá correspondendo a desresponsabilização social do Estado»⁴³.

⁴³ Jorge Manuel Coutinho de Abreu, “Deveres de cuidado e de lealdade dos Administradores e interesse social” em *Reforma do Código das Sociedades*, coords. J. M. Coutinho de Abreu, Ricardo Costa, Paulo de Tarso Domingues, Albino Matos, Cassiano dos Santos, Pedro Maia, Paulo Câmara, Alexandre Soveral Martins e Gabriela Figueiredo Dias (Coimbra, Almedina, 2007), 17-47

IX. A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PRÁTICA EMPRESARIAL (NA EU E EM PORTUGAL)

Desde os anos 90, a reputação de uma empresa aparece indissociável da responsabilidade social da mesma, sendo a sua ação orientada pela exigência de participação ativa e empenhada na construção de uma realidade social e ambiental sustentável. Em termos internacionais, «através das políticas comerciais e de cooperação para o desenvolvimento, a União Europeia participa diretamente em questões relacionadas com o comportamento dos mercados. Uma abordagem europeia da responsabilidade social das empresas deverá refletir, bem como integrar, o contexto mais lato de diversas iniciativas, tais como a UN Global Compact (2000), a Tripartite Declaration on Multinational Enterprises and Social Policy (Declaração Tripartida sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social) da OIT - 1998), as Guidelines for Multinational Enterprises (Orientações para as Empresas Multinacionais - 2000) da OCDE. Embora estas iniciativas não sejam vinculativas do ponto de vista jurídico, no caso das orientações da OCDE, beneficiam do compromisso por parte dos governos que as subscreveram para a promoção de uma efetiva observância dessas orientações pelas empresas - empenho, alias, partilhado pela Comissão Europeia. O cumprimento das normas fundamentais da OIT (liberdade de associação, igualdade, abolição do trabalho forçado e erradicação do trabalho infantil) é um aspecto nuclear da responsabilidade social das empresas, pelo que se deverá reforçar o acompanhamento da aplicação dessas normas.»⁴⁴ Em termos Europeus, procura-se usar o sentido de responsabilidade social das empresas ao serviço da inclusão social e do desenvolvimento sustentável⁴⁵, visão

⁴⁴ Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 6

⁴⁵ A Agenda 2030 das Nações Unidas, adotada pelos dirigentes mundiais em 2015, estipula 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, tendo como fim a promoção de um planeta saudável e a edificação de sociedades equilibradas e resilientes. “About the Sustainable Development Goals”,

sustentada numa economia que prima pelo conhecimento, formação contínua e prevalência da justiça nas relações de trabalho. Por outras palavras, «Este novo olhar possibilitou a tomada em consideração da empresa como um facto social, com dimensão própria que ultrapassa a ideia de locus central do capitalismo e, portanto, de conflito social e de exploração do trabalhador. A nova proposta procura explicar também a empresa como uma micro-comunidade, com autonomia e capaz de influenciar as representações e as estruturas sociais.»⁴⁶

Este acrescento de responsabilidade social, associada à ética empresarial, confere às empresas um novo papel, surgindo a noção de *stakeholders*, um novo conceito que traduz a ideia de partes interessadas, isto é, uma formulação vasta que compreende as entidades que afetam a empresa ou por ela são afetadas⁴⁷

Assim, investidores, colaboradores e consumidores, no seu próprio interesse, têm um papel decisivo na defesa da implementação de um espírito empresarial responsável, promovendo alterações na definição e hierarquização dos valores que identificam a empresa.

De acordo com informação fornecida no Livro Verde, a RSE é-nos descrita «como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.»⁴⁸ Assim, o grande desafio a nível da gestão empresarial passa a prender-se com a capacidade dos gestores para assimilarem e materializarem uma nova noção de sucesso económico, que supõe uma habilidade bipartida, criteriosa e sensata para partilhar o valor económico com o valor social. De destacar é que, de acordo com o Livro Verde (2001), «são cada vez mais numerosas as empresas europeias que

United Nations, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/> (consultado a 3 de Dezembro de 2019)

⁴⁶ Fátima Jorge, Fernando Miguel Seabra, Maria João Santos, Maria Alice Nunes Costa, *Responsabilidade Social – uma visão Ibero-Americana* (Coimbra: Almedina, 2011), 15-22

⁴⁷ Entre outros, incluem-se colaboradores, fornecedores, investidores, clientes, credores, parceiros comerciais, comunidade local, cidadãos, associações, entidades reguladoras e Governo.

⁴⁸ Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 7

reconhecem de forma gradualmente mais explícita a responsabilidade social que lhes cabe, considerando-a como parte da sua identidade.»

Embora adote a visão empresarial vigente nas grandes corporações europeias, Portugal⁴⁹ enfrenta as dificuldades inerentes ao facto do seu tecido empresarial ser constituído por um grande número de PME⁵⁰. Ora, no que toca a tal realidade, «o investimento neste tipo de políticas de RSE assume valores de que dificilmente podem dispor, por outro, dado que o impacto da sua aplicação não pode avaliar-se em termos de projeção de imagem externa, que não detêm, quer pela pequena dimensão dos negócios que desenvolvem, quer pela fraca longevidade das mesmas, decorrente da precariedade e dependência dos contactos de negócio com organizações de maior dimensão, o impacto da RSE não é considerado suficientemente importante para o desenvolvimento das suas atividades. Pelo que, ao nível das PME, os benefícios da adoção de políticas de RSE deve perspetivar-se noutros termos, em função das suas especificidades e de acordo com as contingências dos mercados em que desenvolvem a atividade, através de parcerias e em função de uma abordagem diferenciada.»⁵¹

Se, portanto, as microempresas são as maiores contribuintes para a economia e se revelam as agentes económicas de maior proximidade, parece razoável considerar que estas poderão desenvolver cada vez mais a sua Responsabilidade Social a nível local. A difusão de boas práticas que se faz sentir, especialmente em tempo de crise, deverá servir de incubadora para a generalização de mais práticas cívicas. A adoção

⁴⁹ Segundo Márcio Alves Cadoso, «Portugal está a ‘acompanhar o barco’ no que diz respeito ao número de empresas que têm na agenda questões de sustentabilidade e responsabilidade social.» Márcio Alves Cadoso, “Portugal é ‘bom aluno’ na responsabilidade social”, Diário de Notícias, <https://www.dn.pt/arquivo/2006/portugal-e-bom-aluno-na-responsabilidade-social-637679.html> (consultado a 10 de Março de 2020)

⁵⁰ Uma vez que dispõem de maior capacidade de recursos e conseguem projetar mais o alcance da suas ações, é frequente ficar-se com a ideia de que as PME Portuguesas apresentam menor atividade neste área, embora simplesmente as suas ações não sejam alvo de tanto mediatismo e impacto. Em Portugal, a RSE surgiu como um meio de fazer face a questões como a globalização, a sociedade do conhecimento, a competitividade e o nosso atraso em relação a muitos outros países.

⁵¹ Maria Mendes “A responsabilidade Social da Empresa no Quadro da Regulação Europeia” (dissertação de mestrado, ISCTE, 2007), 3

de práticas simples, tais como a partilha de alimentos excedentes e a doação de refeições aos menos favorecidos, são alguns exemplos paradigmáticos de um investimento humanitário com retorno social e económico. Uma sociedade mais disponível para a partilha generosa é uma sociedade constituída por cidadãos integrados. Estes, ao sentirem-se mais valorizados e reconhecidos, tendem a retribuir. Desse modo, valores como bem-estar, segurança e prosperidade tornam-se um património mais valioso para todos. Para tal, «Não adianta uma empresa, por um lado, pagar mal aos seus funcionários, corromper a área de compras dos seus clientes, pagar a fiscais do Governo e, por outro lado, desenvolver programas junto de entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer seguir um caminho de responsabilidade social. É importante seguir uma linha de coerência entre a ação e o discurso.»⁵²

No nosso país⁵³, apesar de a RSE se apresentar como um fenómeno relativamente recente⁵⁴, tendo sido diretamente recebido por mão do Livro Verde da

⁵² Ellis Regina Reis Nogueira, “Responsabilidade Social das Empresas: Passado versus Actualidade” (dissertação de Mestrado, ISCTE, 2012) 22

⁵³ Já em 2006, no âmbito das grandes empresas, Nathalie Ballan, sócia-gerente da Sair da Casca, empresa especializada em consultoria de responsabilidade social, dizia-nos que «o número é já impressionante» (citado por Candoso). Esta mesma autora diz-nos ainda que «Portugal é das filiais mais ativas» do *World Business Council of Sustainable Development* (WBCSD) Márcio Alves Candoso “Portugal é ‘bom aluno’ na responsabilidade social”, *Diário de Notícias*, <https://www.dn.pt/arquivo/2006/portugal-e-bom-aluno-na-responsabilidade-social-637679.html> (consultado a 10 de Março de 2020)

⁵⁴ Apesar de a RSE constituir um fenómeno relativamente recente, o Plano Nacional para o Desenvolvimento económico e social (PNDES, 2000-2006), publicado em 1998, já denotava preocupações que hoje se mantêm e afirmam como imperativas em Portugal, tais como a incorporação de princípios básicos relacionados com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, a compatibilização das dimensões social, ambiental, económica e institucional da sustentabilidade, a necessidade de fortes ajustamentos institucionais, a adoção de uma visão estratégica, o princípio da precaução e da prudência no planeamento flexível e o princípio do valor ético e económico dos recursos naturais.

Mais tarde, em Janeiro de 2004, foi elaborada uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2005-2015), cujo desígnio, lê-se nesse mesmo documento, passava, por «retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais

Comissão Europeia, destaca-se a visibilidade conseguida por algumas das ações de voluntariado empresarial⁵⁵. Segundo a economista Sofia Santos, fundadora do *SystemicSphere*, «Os fundos de empreendedorismo social já têm enquadramento legal em Portugal desde Março de 2015. Ou seja, já é possível criarem-se fundos cujo objetivo não é maximizar o lucro, mas sim maximizar as “incidências sociais positivas” (...) Para muitos economistas e gestores estes conceitos não são racionais, pois o objetivo último de qualquer atividade económica privada é o lucro. Ensinam-nos isto na escola e na universidade. No entanto, o mundo mudou e, afinal, há agentes económicos que maximizam a sua utilidade sem que para isso maximizem o seu consumo ou o lucro das empresas.»⁵⁶

A empresa socialmente responsável unirá esforços para adotar uma estratégia responsável e transparente, procurando minimizar ou até mesmo eliminar o impacto

competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social», tendo esta esta estratégia como ambição «constituir não apenas um referencial para as políticas públicas mas sim o quadro estratégico para um processo de desenvolvimento sustentável verdadeiramente nacional, mobilizando e concertando a iniciativa dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais da sociedade civil.»

⁵⁵ Destinado a ser parte da mudança, Portugal marca presença em organismos como a *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal, que, segundo dados retirados da sua página online, «é uma associação sem fins lucrativos sem fins lucrativos que agrega e representa mais de 90 empresas de referência em Portugal, que se comprometem ativamente com a transição para a sustentabilidade.» Esta associação, que é parte na rede mundial do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) — maior organização internacional a operar na área do desenvolvimento sustentável —, visa promover um impacto positivo para a tríade *stakeholders*, sociedade e ambiente. Acima de tudo, podem-se identificar dois grandes objetivos, a partir do qual todos os outros nasceram: construir organizações e modelos de negócio que sejam competitivos, inovadores e sustentáveis e implementar políticas públicas para a sensibilização da sociedade portuguesa face à RSE. Através do seu projeto e da sua estratégia, o projeto da associação é conseguir impor-se como referência nacional de sustentabilidade empresarial, tanto para setor público como privado, de modo a garantir que efetivamente se cumprem os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

⁵⁶ Sofia Santos, “Fundos de empreendedorismo devem ser fundos de investimento responsável”, Ver, <https://www.ver.pt/fundos-de-empreendedorismo-devem-ser-fundos-de-investimento-responsavel/> (consultado a 17 de -outubro de 2019)

negativo gerado por certas atuações, razão pela qual se deverá louvar a preocupação assumida por certas empresas no sentido de evitar despedimentos, reintegrar pessoas marginalizadas, ou fisicamente diminuídas, eliminar a discriminação e garantir condições que assegurem a convivência familiar e social.

X. A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO EXIGÊNCIA ATUAL

«Estamos numa guerra. A guerra mundial das nossas gerações. (...) Esta ameaça, dura, inesperada e global, dá-nos uma oportunidade que não podemos desperdiçar (...) Se há lição que podemos tirar, desde já, quando ainda estamos no início de uma longa e dura batalha contra a pandemia Covid-19, é a de que todos nós – do cidadão mais anónimo à personalidade mais poderosa – somos, em igual medida, vulneráveis (...) Mas todos – mesmo todos – temos um papel importante a desempenhar neste combate para evitar mais vítimas. A realidade é esta: por aquilo que fazemos e conforme nos comportamos, no dia a dia, nós podemos mudar vidas – para o bem e para o mal.

É essa uma das lições que podemos retirar destes tempos, e que tem sido esquecida tantas vezes no processo recente de globalização, em que se tornou fácil deslocalizar indústrias e serviços, como se o mundo fosse composto por uma maioria de pessoas irrelevantes, que podem ser usadas e depressa substituídas.»⁵⁷

Sendo, pois, sabido que depois dos horrores das guerras tendem a florescer algumas das melhores utopias, é razoável supor que o sentido de co-responsabilidade do Homem enquanto cidadão do mundo sairá reforçado deste tempo que vivemos. Nesta ambiência, a questão da responsabilidade social terá tendência a ser uma exigência e não uma opção, sendo as empresas avaliadas pela sociedade de acordo com padrões éticos. Neste sentido, a atenção dada aos recursos humanos, a interação com a comunidade em que se inserem, os produtos e serviços utilizados, o modo de produção, bem como o impacto do ciclo de vida do produto no ambiente, deverão ser fatores essenciais na construção da positiva imagem de marca da empresa. A integração nas preocupações empresariais do impacto das suas operações a nível económico, social e empresarial na sociedade, serão, assim, um meio para promover o desenvolvimento sustentável da empresa e da sociedade. Quando nos referimos ao conceito de RSE, referimo-nos também ao tríptico conjunto de causas ambientais,

⁵⁷ Rui Tavares Guedes, “Pare, resista e aproveite para pensar”, *Visão*, Março 2020

sociais e económicas, entendido como o tripé da sustentabilidade, vulgarmente conhecido pela expressão *Triple Bottom Line*.⁵⁸

Atualmente, o papel principal nesta problemática é atribuído ao consumidor, a quem compete monitorizar a utilização de boas práticas empresariais de responsabilidade social, optando conscientemente pela aquisição de produtos sustentáveis. Esquecer essa nova exigência valorativa será um erro fatal. Tal como Michael E. Porter e Mark R. Kramer, no seu texto sobre criação de valor compartilhado, referem: «Grande parte do problema está nas empresas em si, que continuam presas a uma abordagem à geração de valor surgida nas últimas décadas e já ultrapassada. Continuam a ver a geração de valor de forma tacanha, otimizando o desempenho financeiro de curto prazo numa bolha e, ao mesmo tempo, ignorando as necessidades mais importantes do cliente e influências maiores que determinam seu sucesso a longo prazo. Só isso explica que ignorem o bem-estar de clientes, o esgotamento de recursos naturais vitais para sua atividade, a viabilidade de fornecedores cruciais ou problemas económicos das comunidades nas quais produzem e vendem. Só isso explica que achem que a mera transferência de atividades para lugares com salários cada vez menores seria uma “solução” sustentável para desafios de concorrência. (...) A empresa deve liderar a campanha para voltar a unir a atividade empresarial e a sociedade. Líderes empresariais e intelectuais sofisticados já sabem disso; começam a surgir elementos promissores de um novo modelo. Ainda não temos, no entanto, um marco geral para nortear essa iniciativa — e a maioria das empresas continua presa a uma mentalidade de “responsabilidade social” na qual questões sociais estão na periferia, não no centro. A solução está no princípio do valor compartilhado, que envolve a geração de valor económico de forma a criar também valor para a sociedade (com o enfrentamento de suas necessidades e desafios). É preciso reconectar o sucesso da empresa ao progresso social. Valor compartilhado não é responsabilidade social, filantropia ou mesmo sustentabilidade, mas uma nova forma de obter sucesso económico. Não é algo na periferia daquilo que a empresa

⁵⁸ Michael V. Russo, *Environmental Management – reading and cases* (California: SAGE, 2008), 49-59

faz, mas no centro. E, a nosso ver, pode desencadear a próxima grande transformação no pensamento administrativo.»⁵⁹

A empresa capaz de identificar os problemas sociais e de os assumir como parte integrante das suas preocupações angariará maior credibilidade junto de todos os que assentam as suas decisões em valores e princípios éticos promotores do bem-estar social. A lealdade entre esses (colaboradores, consumidores, investidores) e a empresa constituirá um valor acrescido para a mesma, revestindo uma estratégia benéfica à garantia do seu prestígio.

Assim, são as próprias empresas que, ao tomarem consciência de que a sua responsabilidade social é possível de se revestir de um valor económico direto, procuram «contribuir para o cumprimento de objetivos sociais e ambientais mediante a integração da responsabilidade social, enquanto investimento estratégico, no núcleo da sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações. Dado que a responsabilidade social é um processo pelo qual as empresas gerem as suas relações com uma série de partes interessadas que podem influenciar efetivamente o seu livre funcionamento, a motivação comercial torna-se evidente. Assim, à semelhança da gestão da qualidade, a responsabilidade social de uma empresa deve ser considerada como um investimento, e não como um encargo. Através dela, é possível adotar uma abordagem inclusiva do ponto de vista financeiro, comercial e social, conducente a uma estratégia a longo prazo que minimize os riscos decorrentes de incógnitas. As empresas deverão assumir uma responsabilidade social tanto na Europa como fora dela, aplicando o princípio ao longo de toda a sua cadeia de produção.»⁶⁰

Neste sentido, são vários os fatores que podem motivar esta evolução comportamental no sentido de uma maior consciência face à responsabilidade social pelas empresas. De entre as variadíssimas razões possíveis, podem-se destacar as «novas preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas

⁵⁹ Michael E. Porter, Mark R. Kramer, “Criação de valor compartilhado”, Voluntariado Empresarial, <https://voluntariadoempresarial.org.br/wp-content/uploads/2016/07/criaccca7acc83o-de-valor-compartilhado-harvard-business-review-brasil.pdf>, (consultado a 13 de Fevereiro de 2020)

⁶⁰ Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 4-5

e investidores num contexto de globalização e de mutação industrial em larga escala, critérios sociais que possuem uma influência crescente sobre as decisões individuais ou institucionais de investimento, tanto na qualidade de consumidores como de investidores, a preocupação crescente face aos danos provocados no meio ambiente pelas atividades económicas, a transparência gerada nas atividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e da comunicação.»⁶¹

⁶¹ Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, (Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001), 4

XI. A RSE ENQUANTO QUESTÃO DE SEGURANÇA

Enquanto razão de ser do próprio Estado, a segurança visa a proteção dos direitos individuais e das instituições contra ameaças que ponham em causa o normal funcionamento destas ou lessem esses mesmos direitos, proteção⁶² essa que se atinge através da adoção de comportamentos e de atividades, apoiando-se em estruturas que propiciem tal fim. Por outras palavras, cabe à Segurança o dever de assegurar condições de estabilidade que tornem exequível o poder político.

Este direito à segurança implica que os cidadãos possam viver de forma segura e tranquila, livres de ameaças ou agressões por parte dos poderes públicos e dos outros cidadãos, recaindo sobre as autoridades públicas um duplo dever⁶³: não ameaçarem a segurança dos cidadãos, que é a sua função negativa, e, por outro lado, garantirem essa mesma segurança, que é a sua função positiva.

Historicamente⁶⁴, segundo uma conceção Hobbesiana, arquitetada pela mão do filósofo Thomas Hobbes (1588-1679), a necessidade de segurança, enquanto

⁶² Segundo Thomas Fleiner-Gerster, «a tarefa da proteção constitui a tarefa do Estado menos contestada.» em Thomas Fleiner-Gerster, *Teoria Geral do Estado* (São Paulo: Martins Fonte, 2006)

⁶³ Atualmente, a construção social permite que o direito à segurança se construa a partir de outros direitos fundamentais cujo reconhecimento represente, num sentido positivo, a garantia de deveres de proteção ou, num sentido negativo, o elevar do dever de não ingerência em bens ou direitos de cunho pessoal e patrimonial, garantido por um dever geral de respeito por parte de todos os outros sujeitos.

⁶⁴ De acordo com uma localização clássica, a segurança é perspectivada como fim do Estado e do Direito, encetando um modo de proteção da comunidade política, visão segundo a qual os homens se uniam a fim de se protegerem mutuamente dos ataques dos inimigos comuns, das forças da natureza, mas também das desordens e das desavenças. Todavia, mais recentemente, a Teoria do Estado e do Direito tem tratado o conceito de segurança de modo distinto, considerando-o como um valor, enquanto critério de afirmação axiológica de Direito Natural; como um princípio, enquanto orientação geral na imposição de um dever-ser de Direito Positivo; como uma norma, enquanto preceito que fixa um dever-ser mais estrito, fazendo corresponder uma estatuição à verificação da

realidade central, é o fundamento do poder político e o desígnio do Estado e do Direito, uma vez que não há sociedade sem Direito⁶⁵. De acordo com esta visão contratualista, há uma espécie de contrato social entre Estado e cidadãos. Tal contrato traduz-se na cedência de um direito do indivíduo à competência estadual. Trata-se de um contrato irrevogável e de sujeição, sem margem de liberdade individual, no qual os cidadãos abdicam de liberdade em prol de segurança. O Estado, principal provedor de segurança, acolhe na sua esfera o direito cedido e administra-o da melhor forma possível, sendo certo que terá de zelar sempre pela dita segurança.

Tal qual o entendimento de Hobbes, os homens viviam num Estado de natureza que os sujeitava a um constante clima de guerra civil (*omnia omnium bellum*), no qual o homem seria o “lobo do próprio homem” (*homo homini lupus*). Assim sendo, de modo a garantir a sua sobrevivência, em comum movidos pelo desejo de fintar a morte, os homens transferiam a sua liberdade individual para uma entidade coletiva, designada Leviatã, responsável pela manutenção da segurança e da paz, encarregue por repor a ordem e colocar termo às desavenças.

Hobbes, opondo-se à concepção aristotélica, segundo a qual a sociedade é um facto natural, defende o designado *pactum subjectionis*, legitimando que a coletividade, possuindo na sua esfera a liberdade individual de todos e cada um, possa agir em nome e no interesse de todos. Segundo Hobbes, o Homem é não um animal político, mas um *homo belicosus*.⁶⁶

previsão; como um poder, enquanto meio que faculta, através de atos coercivos, a produção de decisões de proteção de bens coercivos.

⁶⁵ O velho brocardo jurídico (*Ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus*), presente na obra *Corpus Iuris Civilis*, da autoria do jurisconsulto Ulpiano, traduz uma ideia de indissociabilidade entre o Homem e a sociedade, ou seja, a ideia de que onde (está) o homem, aí (está) a sociedade; onde (há) a sociedade, (há) o direito. À convivência e liberdade cedidas ao Homem, surge associada a necessidade de ordem imposta pelo Direito. Assim, esta missão regulatória do Direito, que nos deve dirigir e orientar conforme à razão, deve também compreender as mudanças que a realidade vai sofrendo, mostrando-se recetiva a estas.

⁶⁶ Diz-nos Joaquim da Silva Cunha que «Na verdade, o princípio aristotélico de que a sociedade é um facto natural, para Hobbes não tem qualquer fundamento. O instinto de sociabilidade não faz parte da natureza do Homem.»

Nesta passagem do Estado de natureza para o estado social, o Estado assume a segurança e o bem-estar como valores primaciais.

Já na pirâmide de Maslow, a segurança surge, imediatamente depois das necessidades fisiológicas, como a mais importante de todas. Portanto, segundo a lógica desta mesma pirâmide, enquanto o Homem não vir assegurada a sua segurança, não poderá almejar as necessidades correspondentes aos estádios seguintes⁶⁷.

Sucedo que, nos dias de hoje, vivemos numa sociedade de risco. Encontramo-nos, por isso, constantemente expostos, enredados que estamos numa comunidade internacional de risco⁶⁸. Neste sentido, a segurança aumentou o seu escopo protetor, não se limitando apenas aos atos criminosos, deixando portanto de abarcar somente a segurança na sua vertente de “*security*”, conhecendo uma vertente de “*safety*”, que compreende a prevenção e solução de riscos naturais no âmbito da proteção civil, alargando o seu meio de atuação a novas questões.⁶⁹

Neste sentido, a Segurança aparece como um dos conceitos mais amplos da atualidade jurídica, capaz de um vasto sentido comunitário, de que são exemplos a segurança no consumo, a segurança económica ou a segurança ambiental, isto é, todos aqueles tipos de segurança que visem a proteção de novos direitos e serviços atinentes à satisfação do bem-estar da comunidade política e trazidos pelo Estado Social. A eclosão de realidades como a segurança económica no caso da correção do funcionamento da economia, ou a segurança no emprego como fator de estabilidade laboral, tem eco na questão da Responsabilidade Social das Empresas.

⁶⁷ Nos estádios superiores compreende-se, entre outras, a satisfação de necessidades relativas a amor e relacionamento, estima e realização pessoal.

⁶⁸ Segundo Ulrich Brck, «A sociedade de risco é uma sociedade catastrófica. Nela o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade (...) O modelo da sociedade de risco marca, nesse sentido, uma época social na qual a solidariedade por medo emerge e torna-se uma força política.» em Ulrich Beck, *A Sociedade de Risco Mundial – Em busca da Segurança perdida*. (Coimbra: Edições 70, 2015)

⁶⁹ De acordo com Felipe Pathé Duarte, «A expectativa do devir, a perceção do risco e da imprevisibilidade tornaram-se então o eixo da contemporaneidade. A iminência e incerteza de um acontecimento são normalidade e elemento base do nosso quotidiano. Assim, o risco, associado à incerteza e probabilidade, influencia cada vez mais o processo de decisão. Condiciona-se a ação humana, sendo que hoje a decisão assenta mais na ideia de insegurança que na de progresso.» Gouveia, Jorge Bacelar e Sofia Santos. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. (Coimbra: Almedina, 2015)

É útil recurso constar que, quanto mais os agentes empresariais se esforcem por adotar uma atitude socialmente responsável e, assim, consigam contribuir para a satisfação das necessidades comunitárias, maior será a receptividade e abertura dos cidadãos no sentido de viabilizar a exploração da atividade empresarial. Dito de outro modo, a sociedade mostrar-se-á tanto mais sensível aos apelos empresariais quanto maior for o grau de confiança depositado nas empresas. Se, portanto, a ação empresarial combater as carências sociais e se debater por causas de interesse coletivo, a sociedade tenderá a sentir-se grata por tal realização, pelo que manifestará interesse em contribuir para o sucesso do seu desempenho, designadamente através do exercício da sua preferência por empresas que contemplem tais preocupações.

Em suma, é possível harmonizar os interesses empresariais e os interesses sociais, sendo oportuno constatar que desse matrimónio estratégico resultam vantagens para ambas as partes: a sociedade vê o seu desenvolvimento promovido pela atividade das empresas, e estas garantem convenientemente a sua permanência no mercado, valendo-lhes ainda o crisma social de agente filantropo.

Acima de tudo, é ónus comum compreender que, quanto mais nos afastamos do equilíbrio e da sustentabilidade sociais, mais remota e distorcida se vislumbra a possibilidade de uma sociedade segura.

XII. O CASO DE ESTUDO: CIRES

COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA – ORIGEM E CONTEXTO

A história económica da cidade de Estarreja surgiu, desde a década de 30, associada à indústria química, quando aí primeiro se fixou uma unidade produtiva de cloro e soda da empresa Sapec, financiada por capitais belgas. Porém, foi sobretudo após o término da II Guerra mundial, com o início da produção de amoníaco, que a cidade se tornou casa de muitas outras empresas, reforçando assim a sua posição como um dos mais relevantes pólos da indústria petroquímica nacional e um dos mais atuais *clusters* europeus da indústria química.

Atualmente, são cinco as empresas que compõem o Complexo Químico de Estarreja, adiante designado CQE, designadamente: Air Liquide, AQP (Aliada Química de Portugal, Lda.), Bondalti (antiga CUF), CIRES (Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, Lda.) e Dow Portugal. Responsáveis pela produção de bens de alta qualidade, processados através de elevada sofisticação tecnológica, tais empresas destinam mais de 80% dessa mesma produção à exportação para mercados mundiais mais exigentes, envolvendo cerca de 418 milhões, segundo os dados oficiais mais recentes. Tal montante permite ao CQE assegurar aproximadamente 500 postos de trabalho diretos e 209 milhões de euros para a balança comercial. Indiretamente, a atividade do CQE corresponde a cerca de 939 milhões de euros de produção, é responsável por 3100 postos de trabalho e por 287 milhões de euros de valor acrescentado bruto.

Para além do investimento feito pelas empresas do Complexo na aquisição de equipamentos de ponta, em processos produtivos recentes e sistemas de monitorização e controle gerados para assegurar elevados níveis de segurança, qualidade, e ambientais, muitos outros aspetos contribuíram, e contribuem, para o sucesso do CQE.

Destaca-se, desde logo, a localização geográfica de que o Complexo goza, situando-se próximo da linha ferroviária e dos acessos diretos às autoestradas (A1, A25 e A29), bem como dos Portos comerciais marítimos de Aveiro e Leça da Palmeira e, em termos aéreos, do Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Assim, como resulta claro, o Complexo beneficia de um excelente ponto estratégico à comercialização. Entre outros fatores, conta-se a criação de sinergias locais para abastecimento e incorporação de uma lógica de reaproveitamento de produtos associados à atividade produtiva principal, ou resultantes desta.

Em 1982, o arranque da unidade de PMDI (matéria-prima para o fabrico de poliuretanos) veio, de ora em diante, possibilitar a partilha de um plano integrado de produção, uma abordagem corporativa conjunta entre as empresas do CQE, desempenhando o PMDI um papel agregador e rentabilizador, necessário à expansão. O CQE, preponderante exportador de PMDI e de PVC (policroto de vinilo) para o mercado europeu, desenvolve também um papel socialmente ativo em questões como o investimento em matérias relacionadas com a Investigação e Desenvolvimento, a formação dos seus colaboradores, assim como a celebração de parcerias com universidades locais, através das quais se consegue a captação de talentos altamente qualidades.

Porém, apesar de o CQE constituir o grande pilar da economia regional, o continente europeu atravessa sérias dificuldades no setor químico, estimando-se que, a partir de 2030, se verifiquem perdas significativas para outras regiões do globo, tais como a China, os Estados Unidos e a América Latina, onde se apresentam preços mais competitivos e princípios energéticos, bem como diretrizes legais, mais flexíveis. Mesmo a nível europeu, as empresas portuguesas debatem-se com dificuldades acrescidas, essencialmente relacionadas com os elevados custos energéticos. Regra geral, os custos da energia elétrica de uma empresa representam 15% a 30% das suas despesas totais e, segundo estudos europeus, esses custos são para os grandes consumidores portugueses cerca de 30% a 40% mais elevados que nos restantes países europeus. Não obstante tais adversidades, a verdade é que o qualificado tecido humano das empresas do CQE têm permitido que estas não só mantenham a sua capacidade produtiva, como aumentem essa mesma capacidade e encontrem mercado fértil para as suas exportações. Neste sentido, recorde-se que, em 2009, o CQE

desembolsou aproximadamente 250 milhões de euros, de modo a avolumar a produtividade de poliuretano, o que veio a tornar este investimento num projeto PIN (Projeto de Interesse Nacional), consolidando a reputação cimeira do Complexo. O desempenho do CQE tem sido exemplar, alavancando a nível socioeconómico e cultural toda a região, enriquecendo-a e dinamizando-a enquanto comunidade plural. Quer em termos securitários, adotando procedimentos que garantem um número praticamente nulo de acidentes, quer em termos ambientais, com indicadores cada vez mais aptos a refletir uma melhoria contínua, o Complexo tem encontrado modo de expandir a passos largos a sua notabilidade, valendo-lhe não apenas o estatuto de aposta presente mas também futura.

PACOPAR

HISTÓRIA

É por intermédio da PACOPAR que as empresas do CQE desenvolvem muitas das suas ações de responsabilidade social. O Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável de Estarreja, adiante designado PACOPAR, teve início, com a sua primeira reunião formal, a 30 de Janeiro de 2001. Apesar da data de fundação, este era um projeto que fora sendo pensado anos antes, em virtude da adesão voluntária das empresas do CQE

ao Programa Atuação Responsável® ou, no dizer de origem, *Responsible Care*™. O Programa Atuação Responsável® é uma iniciativa global voluntária da indústria química e tem como objetivo fazer com que as empresas do setor alcancem um desempenho eficaz nas áreas de Ambiente, Saúde e Segurança.

Este Programa foi uma transposição e adaptação do conceito de *Responsible Care*™, cuja origem teve lugar no Canadá, em 1987, fundada pela Associação Canadiana de Produtores de Química, servindo o propósito de fazer face às preocupações da população no que diz respeito à produção, distribuição e aplicação de produtos químicos.

O PACOPAR, distinguido em 2005 com o Prémio Europeu de Atuação responsável, pelo Conselho Europeu de Indústria Química (CEFIC), surge na sequência destas transformações, que se fizeram sentir à escala global, tendo como



6 – Logótipo PACOPAR. ⁷⁰

⁷⁰ Fonte: <https://www.bondalti.com/pt/sustentabilidade/responsabilidade-social/cuf-no-pacopar/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

propósito fomentar uma abordagem conjunta aos problemas, apresentar soluções inovadoras aos novos desafios globais e promover um clima de transparência e abertura nos processos decisórios.

MEMBROS

Dentre as vários membros que são parte do PACOPAR, distinguem-se as empresas do CQE e demais entidade da comunidade.

EMPRESAS

- Air Liquide
- AQP – Aliada Química de Portugal
- Bondalti
- CIRES
- Dow Portugal

COMUNIDADE

- Agrupamento de Escolas de Estarreja
- Agrupamento de Escolas de Pardilhó
- Associações de Moradores da Urbanização da Póvoa de baixo
- Bombeiros Voluntários de Estarreja
- Câmara Municipal de Estarreja
- Cegonha – Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja
- Centro de Saúde de Estarreja
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga
- GNR
- Junta de Freguesia de Avanca

- Junta de Freguesia de Beduído-Veiros
- Junta de Freguesia de Salreu
- Núcleo Regional de Aveiro da Querucs – A.N.C.N
- SEMA – Associação Empresarial
- TJA – Transportes J. Amaral
- Universidade de Aveiro
- APQuímica

MISSÃO

O PACOPAR foi formado por iniciativa das empresas do CQE (Air Liquide, AQP, Bondalti, CIRES e Dow Portugal), às quais se juntaram outras entidades, designadamente a APQuímica e vários outros organismos concelhios e distritais, sendo esta uma iniciativa destinada à promoção de uma atuação responsável em prol do desenvolvimento da comunidade local.

Com a globalização da economia e com o surgimento de novos desafios, resulta evidente a incontornabilidade da indústria química no fabrico de inúmeros produtos de uso corrente. Sabe-se, porém, que, associada à atividade levada a cabo por esta indústria, surgem riscos e cuidados acrescidos.

Neste sentido, fez-se sentir a necessidade de uma aproximação mais próxima entre a comunidade e o mundo empresarial, a urgência de um esclarecimento proactivo em resposta aos receios e cuidados apresentados, tanto por locais, como pelos demais círculos que integram a região.

Surgiu, assim, o PACOPAR, primeiro painel comunitário multiempresas do país, com um grupo diversificado de intervenientes, capaz de reforçar a coesão e a relação de contiguidade entre as empresas e entre estas e os organismos da comunidade, reconhecendo na solidariedade e na cooperação valores-chave à otimização de um desenvolvimento coletivo sustentado e longo.

O PACOPAR ergue-se em nome, ou precisamente como expressão, da Atuação Responsável®, que por sua vez fora adotada, em 1993, pela APQuímica, associação responsável pela gestão do programa no nosso país. Como foi dito, a

Atuação Responsável® emergiu por influência direta do programa *Responsible Care*™. A nível europeu, o Conselho Europeu da Indústria Química (CEFIC) o organismo responsável pela gestão do Programa *Responsible Care*™. Em termos globais, o programa é da responsabilidade do Conselho Internacional das Associações Químicas (ICCA). Acima de tudo, são objetivos da PACOPAR a melhoria das condições de segurança dos seus colaboradores e de terceiros, a preparação responsável do futuro, a estimulação de oportunidades de negócio, o aperfeiçoamento científico nos setores de domínio e o contentamento e tranquilidade da comunidade.

SEGURANÇA

São múltiplas e de diversas naturezas as ações tomadas pelo PACOPAR, no sentido da mitigação do risco oriundo do exercício da atividade industrial. Empregam-se iniciativas de prevenção e preparação para uma eventual situação de emergência, alocando esforços e conhecimento técnicos das entidades para o aprestamento de uma resposta célere e enérgica. Estas iniciativas têm servido para que as empresas do CQE e os restantes membros que compõem o Painel consigam apurar a qualidade dos procedimentos securitários internos e externos. Podem-se apontar algumas práticas promovidas pelo PACOPAR, designadamente:

- Aperfeiçoamento progressivo no plano de emergência externo de Estarreja;
- Execução de simulacros de emergência;
- Realização de sessões de partilha de práticas responsáveis entre as empresas do CQE;
- Criação do Dia de Portas Abertas à Comunidades, no qual se dá a conhecer as instalações das empresas e o seu *modus operandi*;
- Prestação de formação aos bombeiros da região sobre os produtos e processos produtivos do CQE;
- Fornecimento de auxílio a diversas instituições de Estarreja, tais como IPSS'S e escolas, ajudando-as a identificar riscos e a planear medidas de proteção;

- Criação de um Serviço de Atendimento Permanente da Proteção Civil, disponível 24 horas por dia, nos Bombeiros Voluntários de Estarreja, sendo os custos relacionados com recursos humanos financiados inteiramente sustentados pelas empresas do Complexo;
- Assinatura de Protocolo de Ajuda Mútua de Estarreja, destinado à cooperação entre as empresas do CQE em caso de emergência;
- Ações de formação de manuseamento relativo a extintores e suporte básico de vida destinadas aos recursos humanos das escolas;
- Criação e disponibilização de um manual de informação médica, que contem dados securitários relevantes sobre os produtos químicos, sendo estes fornecidos às instituições locais, como, por exemplo, a GNR, os hospitais, o INEM e os centros de saúde da área confinante da cidade.

AMBIENTE

A urgência na preparação de um futuro sustentável e ecoeficiente conduz-nos à reconsideração daquela que vem sendo, nas últimas décadas, a postura empresarial. Em termos futuro, o sucesso da atividade industrial dependerá da sua capacidade de adaptação estratégica às novas exigências. Será cada vez menos tolerada a indiferença face a questões ambientais, de cujo futuro da humanidade, em larga medida, depende. Em virtude da consciência de que o respeito pela saúde do ambiente e das pessoas se deve impor ao mero proveito económico, nasce a preocupação e justa necessidade de se gerir adequadamente os recursos de que dispomos. Mas em que se pode e deve traduzi esse papel, ativo e responsável, para que possamos minorar o impacto ambiental da nossa pegada?

Enquanto agentes de transformação, uma atitude consciente e sensata deverá conduzir-nos á redução da intensidade energética de bens e serviços, à diminuição da contaminação ambiental, à maximização sustentável dos recursos, à conservação e ao reaproveitamento dos materiais, à redução de emissões na origem e desenvolvimento da reciclagem e minimização dos impactes em todas as fases do ciclo de vida dos

materiais de base PVC, assim como à sensibilização para uma utilização mais cuidadosa dos fundos.

Em suma, o que se deve procurar é a ecoeficiência, isto é, um meio de procurar produzir mais e melhor, conservando os recursos e gerando menores impactos em termos ecológicos, garantindo a sua exploração por parte de gerações vindouras. Assim, as empresas não só respeitam e protegem o ambiente, como melhoram a sua imagem e reputação, elementos-chave para o aumento da sua produtividade e competitividade.

Neste campo, o PACOPAR tem sido um ativo preponderante na luta pela melhoria da qualidade ambiental da população local.

O Painel tem congregado esforços no sentido de apelar à sensibilização cívica para este tipo de questões, comprometendo-se a procurar minorar os efeitos poluentes das empresas químicas. A título exemplificativo de algumas das iniciativas do PACOPAR, destacam-se as seguintes:

- Adoção de processos ágeis e tendencialmente desburocratizados para a cedência de contactos e dados científicos, cujo fornecimento se destine à realização de estudos académicos sobre o impacto da qualidade do ar na saúde humana;
- Ações pedagógicas junto da comunidade escolar para partilha e diálogo sobre os desafios ambientais enfrentados pela indústria química;
- Plantação de árvores;
- Tornar acessível à população informações relativas ao desempenho ambiental do CQE;
- Assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Estarreja, segundo o qual o Painel se compromete a dar resposta às reclamações e questões ambientais cuja razão de base seja a atividade desenvolvida pelas empresas do CQE;
- Auxílio económico facultado a diversas etapas do estudo respeitante à evolução espaço-temporal do grau de contaminação da zona envolvente do CQE, em parceria com a Universidade de Aveiro.

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O PACOPAR assume um compromisso de seriedade e integridade para com a comunidade envolvente, zelando com afincos pela melhoria das suas condições, apresentando novas soluções e conservando as anteriormente proveitosas. Neste sentido, destaca-se também a parceria estabelecida em toda a cadeia de desenvolvimento de atividades, que impulsiona a prosperidade em todos os domínios de laboração.

Em particular, as empresas tem sido alvo de constante atualização e melhoria nos seus processos produtivos e operacionais, o que espelha bem as suas preocupações funcionais mas também ambientais. Estas têm também demonstrado grande sensibilidade face às carências locais, delineando iniciativas promotoras do progresso e bem-estar comunitários. São exemplo disso os esforços reunidos para auxiliar grupos desfavorecidos e elementos de terceira idade, providenciar cuidados médicos e apoiar projetos nos setores cultural e educacionais.

Outra das bandeiras de proeminência do PACOPAR tem sido a valorização da educação e da ciência como estímulo ao avanço e transformação. Várias medidas têm revelado o caráter pedagógico e solidário do Paineis, entre as quais:

- Organização de caminhadas solidárias, cujo proveito reverte a favor de causas sociais;
- Entre outros materiais igualmente comparticipados, financiamento de sistema de identificação eletrónica da Escola Secundária de Estarreja, em resposta a preocupações de controlo no acesso ao estabelecimento, fortalecendo a segurança interna do local;
- Criação, em parceria com a Câmara Municipal de Estarreja, da aplicação móvel Trekking Bioria, que convida à realização interativa de oito percursos pedestres e cicláveis, além de fornecer informações relativas a fauna e flora típicas;

- Apoio anual de inúmeras instituições e projetos vários através da cessão de avultadas quantias monetárias. Em 2019, uma quantia global de 38500€ destinou-se ao apoio de 12 projetos. Em 2020, dadas as excecionais condições geradas pelo surto pandémico do COVID-19, uma verba de igual montante fora canalizada pelo PACOPAR para a promoção de um plano de testes à população dos Lares do Concelho e dos Serviços de Apoio Domiciliário. Em articulação com a Câmara Municipal de Estarreja, esta iniciativa, de valor global superior a 50000€, permitiu que 775 pessoas realizassem o teste de deteção ao vírus em causa, entre as quais 542 utentes e 233 funcionários.
- Criação do subgrupo Enquadramento Paisagístico, integrado no grupo de trabalho Ambiente, cujo fim é fortalecer e diversificar as ações de intervenção ambiental;
- Apoio financeiro a IPSS's, destinado à melhoria das infraestruturas e compra de material necessário à educação na infância, cuidado de pessoas portadoras de deficiência e prestação de cuidados a idosos;
- Cedência de apoio aos Bombeiros Voluntários de Estarreja, custeando a aquisição de equipamento de proteção individual;
- Apoio monetário doado à Associação da Quinta do Rezende para construção de um Centro Social;
- Programa anual de comparticipação financeira a entidades sem fins lucrativos cujo propósito seja apoiar projetos e causas que versem preocupações científicas, ambientais, educacionais ou securitárias, contribuindo para desenvolvimento sustentável da comunidade local;
- Apoio às obras de remodelação do Hospital Visconde de Salreu;
- Realização anual da Semana da Química, promovendo uma interação ativa junto dos jovens, através da promoção jogos, atividades lúdicas e pedagógicas destinadas aos estudantes dos 1º, 2º e 3º ciclos e secundário de Estarreja;
- Colaboração com o projeto OHM (Observatório Homem-Meio) Estarreja, estudo sociológico através do qual, com base em recolhas de amostras de matéria biológica e de poeiras junto dos habitantes, se conseguiu analisar a

potencial evolução do risco a que os trabalhadores da indústria química se encontram expostos;

- Apoio na equipagem de laboratórios e na aquisição de materiais necessários à exploração científica do meio ambiente;

CIRES – BREVE RESENHA HISTÓRICA

O dia 23 de Novembro de 1960 assinala a data de fundação da empresa CIRES, fruto da convergência de interesses de natureza industrial e comercial. Tal evento, sobretudo pelo seu carácter inovador, tornou-se um marco de



7 – Logótipo CIRES – Shin-Etsu⁷¹

destaque no meio industrial português. A CIRES, pioneira no fabrico nacional de materiais termoplásticos e reputada pelo elevado grau de especialização no fabrico de polímeros de cloreto de vinilo, apresenta-se como uma das primeiras empresas portuguesas do setor químico.

Sediada no Complexo Industrial da cidade de Estarreja e constituída através de uma *joint-venture* entre um grupo de empresas portuguesas e japonesas, isto é, um empreendimento comercial conjunto, a formação desta nova sociedade deu origem à primeira *joint-venture* industrial luso-japonesa a operar na Europa.

Como sócios fundadores, encontram-se as seguintes entidades: Banco Pinto & Sotto Mayor, S.A.R.L. (BPSM), Banco Português do Atlântico, S.A.R.L. (BPA), Empresa Industrial do Freixo, S.A.R.L. (EIF), Mitsui Bussan Kaisha, Limited (MITSUI), Shin-Etsu Chemical Industry Co., Ltd (SHIN-ETSU), Sociedade Comercial Luís Alvim, Limitada (SOCOLAL) e União Elétrica Portuguesa, S.A.R.L. (UEP).

⁷¹ Logótipo CIRES – Shin-Etsu. Fonte: <https://www.cires.pt/pt/> (consultado a 10 de Maio de 2020)
O novo símbolo corporativo representa a imagem futura pretendida pelo Grupo Shin Etsu. O símbolo pretende representar a alta tecnologia, alta qualidade, dinamismo, espírito empreendedor e flexibilidade. A luz central representa a união entre o potencial da terra e a ambição das pessoas. Representa também o avanço de tecnologia que se pretende que leve a futuras expansões e novos valores desta empresa que procura ser líder mundial. Este símbolo chama-se *Brilho Memorável*, na esperança de brilhar eternamente.

Em termos de participações sociais, as subscrições do capital inicial foram feitas nos seguintes termos:

8 – Subscrição do capital inicial da CIRES⁷²

MITSUI	25%
SHIN-ETSU	25%
BPA	20%
BPSM	15%
UEP	12,5%
SOCOLAL	2,5%

De modo a consolidar o seu desenvolvimento e garantir a sua afirmação no mercado, a empresa procedeu à integração de duas empresas transformadoras de PVC, nomeadamente a PREVINIL, com sede em Alverca, e a CYGSA, com sede em Mendavia (Logroño, Espanha). A integração destas empresas permitiu à CIRES fortalecer a posição dos seus produtos e aplicações, que são o PVC do tipo suspensão (S-PVC) e do tipo emulsão para pastas (E-PVC). Além destas empresas, em 1994, a CIRES criou a BAMISO, cujas instalações se encontram em Estarreja, uma empresa subsidiária de cogeração de energia elétrica e vapor, cujo propósito é providenciar condições mais oportunas ao processo produtivo, levando a uma poupança energética significativa.

Ao longo destes 60 anos de existência, tem sido preocupação da empresa garantir a obtenção do reconhecimento externo dos seus processos de gestão junto das entidades acreditadas para o efeito.

Neste sentido, em conformidade com os padrões internacionais de referências para os vários domínios de atividade, a empresa possui a Certificação Ambiental ISO 14001:2015, a Certificação de Qualidade ISO 9001:2015 e a Certificação de Segurança e Saúde Ocupacional ISO 45001:2019.

No dia 14 de Agosto de 2009, a totalidade das participações da empresa foi adquirida pelo acionista fundador Shin-Etsu Chemical Industry Co., Ltd, líder

⁷² Fonte: Durval Serra, *CIRES – 35 Anos de Progresso na Indústria Portuguesa (1960-1995)* (CIRES, 1997).

mundial de PVC, com uma capacidade de produção de aproximadamente 4 milhões de toneladas, o que corresponde a cerca de 10% do consumo global mundial.

9 – Grupo SHIN-ETSU (Mapa Mundo e Organização Europa)⁷³



⁷³ Fonte: CYGSA, <https://www.cygsa.es/nosotros/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

VALORES E MISSÃO

Inspirando-se em valores como profissionalismo, credibilidade e ética, a CIREs procura, há já muito, promover uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo, indo ao encontro daquelas que são as preocupações presentes no Livro Verde da Comissão Europeia.

Assim, através de uma postura de lealdade, integridade e responsabilidade, reflexo do seu apurado sentido de responsabilidade social, a empresa assume o compromisso de atingir elevados níveis de desempenho industrial, sem prejuízo das preocupações relativas a segurança, produtividade, qualidade e ambiente, bem como o de prestar uma colaboração ativa no desenvolvimento socioeconómico da comunidade envolvente.

Com aposta feita no crescimento económico, coesão social e proteção ambiental, perspetivando tais aspetos como indispensáveis a uma visão de desenvolvimento sustentado, a empresa não descarta de suas demais obrigações, designadamente a satisfação das expectativas das partes interessadas (acionistas, colaboradores, clientes), a melhoria contínua na assistência prestada aos clientes, a constante e exigente procura de quadros qualificados, a definição e cumprimento de fins que não os estritamente legais, a promoção do bem-estar das gerações atuais e futuras, a consolidação de um volume de emprego local estável e, entre outras, a priorização da contratação local dos serviços industriais complementares.

Um dos objetivos maiores da empresa consiste em deter a hegemonia de produção e comercialização de resinas de PVC na península ibérica, assim como procurar expandir a sua influência a outros países em cuja empresa reconheça interesse para o seu desenvolvimento estratégico.

RESPONSABILIDADE SOCIAL⁷⁴ DA CIRES

10 – Linha cronológica CIRES

1960	Fundação da empresa CIREs	1987	Associação Canadana de Produtores de Química desenvolvem uma iniciativa global voluntária para o setor químico designada <i>Responsible Care</i> ™	1993	APQuímica adere ao Programa Atuação Responsável®	2001	Criação do PACOPAR	2005	PACOPAR distinguido com Prémio Europeu de Atuação Responsável pelo CEFIC	2009	Grupo Shin-Eisu adquire a totalidade das participações sociais da empresa CIREs
História											
1960	1970	1980	1990	2000	2010						
Responsabilidade Social											
1962	1972	1978	1989	1993	1995						
Implementação da gratificação natalícia	Criação do CAT	Início das Lições de Música	Fundo de Pensões CIREs	Construção do Pipeline	Construção do Polidesportivo da CIREs; Adoção da política SHE						

⁷⁴ Pese embora não se encontre ainda certificada pela SA 8000, norma de certificação internacional referente à Responsabilidade Social, criada em 1989 pela *Social Accountability Internacional*, a CIRES estimula nas relações comerciais, ao longo de toda essa cadeia, um comportamento ético conforme aos mais elevados padrões globais de excelência. O seu código de conduta empresarial assenta, de forma absolutamente impreterível e inderrogável, no princípio da dignidade da pessoa humana. O histórico corporativo da empresa é demonstrativo do modo exímio como esta tem cumprido todos os acordos e convenções internacionais de ordem sociolaboral. As diretrizes plasmadas no diploma SA 8000, relativas a matérias de trabalho escravo e infantil, saúde e segurança no trabalho, discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, jornadas de trabalho, práticas disciplinares, remuneração e sistemas de gestão, são integralmente respeitadas e incorporadas na missão e nos valores da empresa.

Nas relações interpessoais movidas no seio da empresa, um dos propósitos maiores passa por desenvolver laços de confiança e alimentar o ânimo dos colaboradores pelo trabalho. Ao longo do desenvolvimento da empresa, a atuação da firma foi sendo positivamente marcada pela progressiva melhoria do ambiente organizacional. Para tal, contribuíram as fortes práticas de boa vizinhança, desde logo geradas e mantidas com as entidades autárquicas, assim como a proximidade cultivada junto de diversas instituições culturais, com as quais tem sido alimentando um elo de beneficência social.

Mediante concessão de donativos ou disponibilização de outros meios igualmente idóneos, a CIRES tem participado a atuação de inúmeras entidades, entre as quais se contam os Bombeiros de Estarreja, a Câmara municipal, o Hospital e a Misericórdia locais, o Centro Paroquial de Avanca, a Associação Cultural de Salreu e o Clube Desportivo de Estarreja.

Deste modo, a empresa garante um desenvolvimento seguro e dinâmico, fomenta uma cultura de proximidade com os parceiros locais e assume a plenitude das suas responsabilidades cívicas, atingindo elevados níveis de responsabilidade económica, ecológica e social, que fazem desta um exemplo de gestão benévola e sustentável.

Entre as diversas ações que evidenciam a responsabilidade social da empresa, quer a nível interno, com impacto direto nos colaboradores, quer a nível externo, com resultados visíveis em entidades extrínsecas, podem-se assinalar algumas das mais significativas:

- Formação do Grupo Desportivo e Cultural da CIRES (GDCPC), mais tarde substituído pelo Centro para a Alegria do Trabalho (CAT), ainda hoje em vigor, destinado à realização de atividades de carácter lúdico mas também solidário;
- Construção do Polidesportivo da CIRES, onde desde 1995 se pode praticar modalidades como o voleibol, o futebol de salão e o ténis, promovendo o convívio e a prática desportiva, em horário pós-laboral, entre colaboradores;

- Disponibilização e financiamento de lições⁷⁵ na Escola de Música, as quais embora inicialmente reservadas aos jovens familiares dos colaboradores da empresa, rapidamente se alargaram aos demais jovens residentes no concelho da cidade, mantendo ainda e sempre o seu carácter gratuito. Em atividade desde Outubro de 1978 até aos dias de hoje, as lições na Escola de Música chegaram a contar com a presença de cinco professores e mais de cem alunos, conduzindo tal procura ao aparecimento de várias escolas de música locais, que acabariam por se tornar verdadeiros e ativos agentes culturais;
- Funcionamento da Cantina desde os primeiros dias de vida da firma, disponibilizando atualmente quatro tipos de prato à escolha (carne, peixe, dieta, vegetariano). A refeição é gratuita para todos os colaboradores afetos à empresa.

Para trabalhadores externos que operem nas instalações fabris, esse mesmo menu de alimentação encontra-se acessível pela quantia de cinco euros (sopa + pão + prato principal + salada e vegetais variados + duas sobremesas ou uma sobremesa e um refrigerante + café);

- Atribuição de gratificação natalícia por parte da Administração aos colaboradores do quadro empresarial interno, desde o ano de 1962, por regra correspondente a um mês extra da sua remuneração salarial;
- Seguro de saúde com cobertura de inúmeros serviços, gratuito para colaboradores, sendo este extensivo a familiares e reformados em condições bonificadas;
- Seguro de vida e de acidentes pessoais;
- Atribuição de regalias várias: financiamento de um fundo de pensões e atribuição de um bónus de forma;
- Financiamento de programas antitabagismo;
- Patrocínio de vales sociais para a infância e educação;

⁷⁵ As aulas versavam sobre a prática de diversos instrumentos (piano, órgão, de sopro, de cordas, entre outros).

- Desenvolvimento de ações de formação profissional e apoio a planos individuais de formação;
- Remuneração variável em função dos resultados alcançados pela empresa;
- Concessão de bolsas de estudo a filhos de colaboradores falecidos;
- Existência e disponibilização de refeitório e posto médico (extensivo a terceiros que aí se encontrem ao serviço e/ou representação de empresas externas) nas instalações da empresa;
- Reuniões regulares da Administração com a Comissão de Trabalhadores, promovendo assim a transparência e a bilateralidade comunicativa no processo de gestão empresarial;
- Elevado nível remuneratório, manifestamente superior ao da realidade nacional, refletindo uma política de respeito e valorização pelo trabalho do colaborador;
- Realização, em cooperação com outras empresas do Complexo, da festa anual de Natal destinada a todas as crianças das escolas pré-primárias e do primeiro ciclo dos Concelhos de Estarreja e da Murtosa;
- Mobilização de recursos financeiros, num montante aproximado de 100 mil euros por ano, com o propósito de promover o desenvolvimento educacional dos jovens, sendo esta verba destinada a diversos fins: ações de formação profissional nas instalações da fábrica que operam desde 1985, cumprimento da ação protocolar com a escola secundária local, em vigor desde 1997;
- Apoio regular a instituições de solidariedade social, culturais e desportivas, de cariz fundamentalmente local, no montante de cerca de 60 mil euros por ano;
- Construção da conduta de abastecimento, com 23kms de comprimento ligando o Porto de Aveiro à Fábrica de Estarreja, garantindo de forma segura o fornecimento da matéria prima principal, desenvolvendo largamente os procedimentos de *handling*. Assim, a matéria-prima é produzida na fábrica da SHIN-ETSU PVC B.V. na Holanda, enviada para a Instalação Portuária de Receção (IPR) no Porto de Aveiro e, mais tarde, transferida via *pipeline* para a Fábrica de Estarreja. Esta medida constituiu sobretudo uma preocupação no

sentido de reforçar a segurança das operações, salvaguardando também os ativos da empresa e o bom nome desta;

- Adoção da divisa “Primeiro Segurança” ou, no dizer anglo-saxónico, “*Safety First*”. Esta máxima acompanhou e influenciou a empresa desde cedo, tal qual nos mostra a Declaração de Princípios do Conselho de Administração e a política SHE (*Safety, Health and Environment*), definida em Abril de 1995, visando a conciliação de interesses empresariais estratégicos no curto, médio e longo prazos;
- Criação de brigadas de segurança, cujos membros são vulgarmente designados brigadistas, isto é, colaboradores que são instituídos responsáveis de determinado setor através da figura dos delegados de segurança;
- Criação de uma Comissão de Segurança, da qual é parte um representante da Comissão de trabalhadores. A dita comissão reúne-se com periodicidade mensal para análise de questões relativas a Segurança, Higiene e Saúde Ocupacional;
- Identificação e minimização dos perigos e danos decorrentes da atividade empresarial, feita com referência ao cumprimento das políticas, dos requisitos legais e regulamentares e dos acordos voluntários subscritos. Os critérios e cuidados seguidos baseiam-se na natureza e especificidades própria do setor de laboração em causa.

11 – Key CSR Issues⁷⁶



12 – SDGs⁷⁷



⁷⁶ Fonte: Shin-Etsu, <https://www.shinetsu.co.jp/en/csr/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

⁷⁷ Fonte: Shin-Etsu, <https://www.shinetsu.co.jp/en/csr/> (consultado a 10 de Maio de 2020)



13 - Fotografia aérea das instalações fabris da empresa CIRES



14 - Aulas de Ténis nas instalações da CIRES



15 - Posto médico da empresa CIRES



16 - Escola de música da CIRES



17 - Atividade natalícia promovida pelo CAT (Centro para a Alegria do Trabalho)



18 - Dia de Portas Abertas à Comunidade

CONCLUSÃO

Inicialmente concebida como um forma de sensibilizar e envolver as empresas no combate às limitações socioeconómicas da comunidade, a Responsabilidade Social foi-se gradualmente convertendo numa rentável vantagem competitiva, capaz de cativar e fidelizar clientes em nome de nobres causas.

Nas últimas décadas, guiados por uma ideia de sustentabilidade, os valores emergentes no mundo empresarial atribuíram às firmas grande protagonismo no que respeita ao crescimento e definição do rumo coletivo. Diretamente influenciada por tais transformações, a própria conceção de lucro vê-se reajustada à realidade dos novos dias, levando a que os agentes empresariais moldem a sua abordagem de mercado e tenham como prioridade a criação de valor global em detrimento do proveito de curto prazo. Assim, a generalizada reprovação social do egoísmo egocêntrico despertou na sociedade uma sensação de alarme para a urgência existente em forçar as empresas a travarem, pelo menos aliviarem, a absoluta e perversa prossecução de fins exclusivamente lucrativos. Compreende-se, por isso, que o contexto resultante dessa mesma conjuntura tenha aberto portas a um situacionismo estratégico entre conveniência e necessidade para sociedade e empresas, gerando múltiplos ganhos em favor de ambas as partes.

Mostrando-se insatisfeitos com os planos corporativos, muitos dos contestatários da clássica dinâmica empresarial, tipicamente alheia a causas públicas, vieram então clamar uma maior harmonia nos domínios social, ambiental e económico, não sem lembrar o papel determinante do consumidor no apoio e preferência por organizações socialmente responsáveis. No entanto, de modo relativamente consensual, os pensadores debruçados sobre a temática têm entendido que a Responsabilidade Social das Empresas, ainda que conveniente e necessária, deve somente assumir um papel auxiliar mas nunca substituto daquilo que são os desígnios da entidade estatal.

Em termos Europeus, o alcance das medidas é manifesto e são cada vez mais numerosos os exemplos de empresas socialmente responsáveis. A nível nacional,

embora o mesmo suceda, a visibilidade dessas práticas é menor, condicionada que se encontra pela pequena-média dimensão do setor empresarial português. No que respeita ao tratamento jurídico, uma vez que a responsabilidade social é mais exigente que as outras formas de responsabilidade, visto esta não se fundar na obrigatoriedade mas na livre vontade do agente, permanece ainda em aberto a discussão quanto ao papel que a justiça deve ter na regulação deste fenómeno. Como disse Baptista Machado: «A ordem jurídica estadual tem por detrás de si o aparelho estadual que, se, por um lado, impõe e tutela o direito objetivo, por outro representa a garantia jurídica dos direitos subjetivos, dando-lhes uma consistência prática que contribui decisivamente para tornar viável um tráfico económico de bens e serviços.»⁷⁸ Se é certo que a positivação jurídica reforçaria o acatamento de práticas de RSE, uma vez que tais disposições adquiririam validade normativa e seriam caucionadas pela coercibilidade, é também seguro dizer que uma generalizada tendência para a imperatividade e juridificação minariam por completo o espírito solidário que deve presidir este tipo de responsabilidade, que se deve distinguir justamente por ir além e não apenas ao encontro daquilo que são os ditames legais. Portanto, se o ordenamento legal institucionalizar a RSE, esgotar-se-á a perfeita voluntariedade subjacente a esta mesma realidade, isto é, assistiremos à supressão da significativa margem de liberdade que é conferida aos gestores e lhes permite agir sem o malefício da compulsividade legal. Não obstante, como já referido, o Estado pode manifestar o seu apoio à RSE sem necessariamente a incorporar ou autonomizar como instituto próprio, estando no dispor das suas faculdades promover o reposicionamento social no sentido de melhores práticas, estimulando referências ético-sociais como a RS por via de promoção de ónus ou outros possíveis incentivos. Ainda no contexto desta dissertação, foi desenvolvido um caso de estudo relativo à empresa CIRES. Tal análise forneceu contacto próximo e direto com padrões de atuação socialmente responsáveis, que espelham nos princípios da firma as preocupações de cariz social por si assumidas.

O trabalho desenvolvido pela empresa, tanto na relação com os seus colaboradores como na relação com a comunidade em geral, permitiu-lhe conquistar

⁷⁸ Baptista Machado, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador* (Coimbra: Almedina, 1990) 125

a consideração dos envolvidos e noticiar esse mesmo trabalho enquanto fator laboral diferenciador.

Além da satisfação inerente ao combate do desequilíbrio global, as práticas socialmente responsáveis possibilitam às empresas uma expansão firme e significativa, resultante dessa mesma harmonia e confluência. Deste modo, através da implementação de procedimentos mais seguros e em consequência de uma maior demanda por parte dos seus consumidores, as empresas aumentam a sua segurança física e consolidam a sua robustez comercial. De forma mais ou menos direta, não menos relevantes são os tentáculos do ordenamento jurídico, que acabam por contactar sempre com a RSE, servindo os seus mecanismos para assegurar a necessária e expectável conformidade (*rectius* segurança) do tráfego legal. Neste sentido, e à luz do já considerado, este trabalho permite-nos afirmar, sem margem para hesitações, que a RSE é uma questão de Direito e Segurança, uma vez que o Direito não pode ignorar a Segurança, e a Segurança, tanto presente como futura, legal como económica, ao Direito necessariamente responde.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Jorge Manuel Coutinho de Abreu. 2007. *Deveres de Cuidado e Lealdade dos administradores e interesse social, Reformas do código das Sociedades*. Coimbra: Almedina.

Abreu, Jorge Manuel Coutinho de Abreu. 2010. *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades*. Coimbra: Almedina.

Almeida, Filipe. 2010. *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas*. Cascais: Principia.

Barry, Norman. 2000. Controversy: Do Corporations Have Any Responsibility Beyond Making a Profit?, vol. 3, *Journal of Market & Morality*

Beck, Ulrich. 2015. *A Sociedade de Risco Mundial – Em busca da Segurança perdida*. Coimbra: Edições 70.

Bowen, Howard. 1953. *Social Responsibilities of the Bussman*. New York: Harper&Row.

Buhmann, Karin. 2006. *Corporate Social Responsibility: What role for law? Some aspects of law and CSR*. Melbourne: Emerald Group Publishing.

Carroll, Archie. 1979. *Academy of Management Review*, vol. 4, *A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Social Performance*. Nova Iorque: Academy of Management.

Churchill, Winston. 1943. *The price of greatness is responsibility*. Discurso Universidade Harvard “The Chrchill Centre”

CIRES. 2003. *Relatório de Responsabilidade Social 2003*. Estarreja: CIRES.

Código Civil. 2020. Porto: Porto Editora.

Comissão das Comunidades Europeias. 2001. *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Cordeiro, António Menezes. 1996. *Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais*. Lisboa: Lex- Edições Jurídicas.

Crook, Clive. 2005. A Survey of Corporate Social Responsibility. Em *The Economist*, 22 de Janeiro.

Cunha, Joaquim da Silva. 1981. *História Breve das Ideias Política*. Baguim do Monte: Lello Editores.

Davis, Keith. 1960. *Can Business Afford to Ignore Social Responsibilities?* California Management Review.

De Abreu, Jorge Manuel Coutinho. 2007. Deveres de cuidado e de lealdade dos Administradores e interesse social. Em *Reforma do Código das Sociedades*, coords. J. M. Coutinho de Abreu, Ricardo Costa, Paulo de Tarso Domingues, Albino Matos, Cassiano dos Santos, Pedro Maia, Paulo Câmara, Alexandre Soveral Martins e Gabriela Figueiredo Dias. Coimbra: Almedina.

Devinney, Timothy M. 2009. Is the socially responsible corporation a myth? The good, the bad and the ugly of corporate social responsibility. Em *Academy of Management Perspectives*, Maio.

Fleiner-Gerster, Thomas. 2006. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Martins Fonte.

Friedman, Milton. 1962. *Capitalism and Freedom*. Chicago:University of Chicago Press.

Gouveia, Jorge Bacelar. 2018. *Direito da Segurança – Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*. Coimbra: Almedina.

Gouveia, Jorge Bacelar e Sofia Santos. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina.

Guedes, Rui Tavares. 2020. Pare, resista e aproveite para pensar. *Visão*, Março.

Hobbes, Thomas. 2010. *Leviatã*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Jorge, Fátima, Fernando Miguel Seabra, Maria João Santos, Maria Alice Nunes Costa. 2011. *Responsabilidade Social – uma visão Ibero-Americana*. Coimbra: Almedina.

Kreitlon, Maria. 2004 A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: fundamentos teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. Em *XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Rio de Janeiro:ANPAD.

Kant, Immanuel. 2005. *A Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Machado, Baptista. 1990. *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Coimbra: Almedina.

McGuire, Joseph. 1963. *Business and Society*. New York: McGraw-Hill.

Mendes, Maria. 2007. A responsabilidade Social da Empresa no Quadro da Regulação Europeia. Dissertação de Mestrado, ISCTE.

Mill, John Stuart. 2005. *Utilitarismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Moore, Geoff. 2001. Corporate Social and Financial Performance: an investigation in the U.K. supermarket industry. Em *Journal of Business Ethics*, v.34.

Moreira, Francisco. 2014. Responsabilidade Social das Empresas: O impacto na decisão e comportamento de compra do consumidor. Dissertação de Mestrado, ISEG

Nogueira, Ellis Regina Reis. 2012. Responsabilidade Social das Empresas: Passado versus Actualidade. Dissertação de Mestrado, ISCTE.

PACOPAR. 2017. Revista PACOPAR Estarreja.

Porter, Michael E. E Mark R. Kramer. 2002. The competitive Advantage of Corporate Philantropy. Em *Harvard Business Review*, dezembro.

Roman, Ronald, S. Hayibor e B. Agle. 1999. The Relationship Between Social and Financial Performance. Em *Business & Society*, v. 38.

Russo, Michael V. 2008. *Envirnmental Management – reading and cases*. California: SAGE.

Serens, M. Nogueira. 2019. *Código das Sociedades Comerciais*. Coimbra: Almedina.

Serra, Catarina. 2010. “O novo Direito das Sociedades: para uma governação socialmente responsável”. *Scientia Iuris*, v 14 (Novembro): 155-79

Serra, Durval. 1997. *CIRES – 35 Anos de Progresso na Indústria Portuguesa (1960-1995)*.

Simpson, W. Gary e Theodor Kohers. 2002. The Link Between Corporate Social and Financial Performance: evidence from the banking industry. Em *Journal of Business Ethics*, v.35

Sobral, Luís Manuel Miller. 2013. A Responsabilidade Social das Empresas – Um Novo Desafio para o Direito. Dissertação de Mestrado, FDUP

Srour, Robert. 2000. *Ética Empresarial*. Rio de Janeiro: Campus.

Thiry-Cherques, Hermano. 2003. Responsabilidade Moral e Identidade Empresarial. *Revista de Administração Contemporânea*, edição especial

Verschoor, Curtis. 1998. A study of the Link Between a Coporation’s Financial Performance and Its Commitment to Ethics. Em *Journal of Business Ethics*, v.17.

Publicações Online

BDJUR, Base de Dados Jurídica. Almedina. <http://bdjur.almedina.net/> (consultado a 1 de Fevereiro de 2020)

Bondalti no PACOPAR,
<https://www.bondalti.com/pt/sustentabilidade/responsabilidade-social/cuf-no-pacopar/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

Candoso, Márcio Alves. Portugal é ‘bom aluno’ na responsabilidade social. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/arquivo/2006/portugal-e-bom-aluno-na-responsabilidade-social-637679.html> (consultado a 10 de Março de 2020)

CIRES, <https://www.cires.pt/pt/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

Correia, António Brochado. A responsabilidade social das empresas é mera retórica. Público.

<https://www.publico.pt/2011/03/06/jornal/a-responsabilidade-social-das-empresas-e-mera-retorica-21481059> (consultado a 18 de Dezembro de 2019)

CYGSA, <https://www.cygsa.es/nosotros/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

De Sousa, Mário José Almeida. A responsabilidade social das empresas... Expresso.

<https://expresso.pt/opiniaoblogues/correio/cartas/a-responsabilidade-social-das-empresas=f207794> (consultado a 10 de Março de 2020)

De Souza, Sharon Cristine Ferreira. 2011. O Papel do Direito no controle das políticas públicas de incentivo às empresas socialmente responsáveis: Por uma Lei de responsabilidade social. Em *Responsabilidade Social – Uma Visão Ibero-Americana*. Coimbra: Almedina.

Diário da República Eletrónico, <https://dre.pt/> (consultado a 1 de Fevereiro de 2020)

Ferreira, Lurdes. Um dia, a responsabilidade social das empresas será obrigatória, não voluntária. Público.

<https://www.publico.pt/2014/06/30/economia/noticia/um-dia-a-responsabilidade-social-das-empresas-sera-obrigatoria-nao-voluntaria-1660971> (consultado a 30 de Abril de 2020)

Mendes, Fernando Ribeiro. Responsabilidade social das empresas em tempos de crise. Expresso.

https://expresso.pt/blogues/bloguet_economia/blog_examenes_dia/responsabilidade-social-das-empresas-em-tempos-de-crise=f493384 (consultado a 2 de Fevereiro de 2020)

Oliveira, Helena. Vamos construir esperança na crise. Ver. <https://www.ver.pt/os-mais-surpreendentes-modelos-de-negocio-sao-aqueles-em-que-o-lucro-e-o-impacto-vivem-em-harmonia/> (consultado a 5 de Novembro de 2019)

PGDL, Procuradoria Geral Distrital de Lisboa . <http://www.pgdlisboa.pt/home.php> (consultado a 1 de Fevereiro de 2020)

Porter, Michael E. E Mark R. Kramer. 2011. Criação de valor compartilhado. Voluntariado Empresarial. <https://voluntariadoempresarial.org.br/wp-content/uploads/2016/07/criaccca7acc83o-de-valor-compartilhado-harvard-business-review-brasil.pdf> (consultado a 13 de Fevereiro de 2020)

Santos, Sofia. Fundos de empreendedorismo devem ser fundos de investimento responsável. Ver. <https://www.ver.pt/fundos-de-empreendedorismo-devem-ser-fundos-de-investimento-responsavel/> (consultado a 17 de -outubro de 2019)

Shin Etsu, <https://www.shinetsu.co.jp/en/csr/> (consultado a 10 de Maio de 2020)

United Nations. About the Sustainable Development Goals. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/> (consultado a 3 de Dezembro de 2019)

VinylPlus, Committed to Sustainable Development, <http://www.vinylplus.eu> (consultado a 10 de Maio de 2020)

ÍNDICE

Declaração antiplágio	III
Menções diversas	V
Resumo	XIX
Abstract	XXI
Introdução	1
I. Enquadramento da RSE e sua evolução	5
II. Conceções de RSE	11
III. Responsabilidade social: uma obrigação empresarial?	17
IV. O (des)interesse de investir na responsabilidade social	23
V. Fundamentos éticos da RSE: Ética teleológica e ética utilitarista	27
VI. A responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável	33
VII. Dimensão interna e externa	39
o Dimensão interna	39
o Dimensão externa	42
VIII. O acolhimento da RSE no Direito Português	45
o A resposta da Doutrina	47
o Porque razão é a RSE alvo de tratamento jurídico?	49
o Normas de responsabilidade social vigentes em Portugal	51
IX. A Responsabilidade social na prática empresarial (Na EU e em Portugal)	55
X. A Responsabilidade social como exigência atual	61
XI. ARSE enquanto questão de segurança	65
XII. O caso de estudo: CIREs	69
o Complexo químico de Estarreja – origem e contexto	69
o PACOPAR	72
o CIREs – Breve Resenha histórica	81
o Valores e Missão	84
o Responsabilidade social da CIREs	85
Conclusão	95
Bibliografia	99
Índice de imagens	109

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem	Designação	Página
1	A evolução da Crítica Social à Empresa	12
2	A Evolução dos Conceitos de RSE	13
3	Os tipos de Responsabilidades Social da Empresa	15
4	A Responsabilidade Social e as Correntes de Pensamento	18
5	Os Pilares do Desenvolvimento Sustentável	35
6	Logótipo PACOPAR	72
7	Logótipo CIRES - Shin-Etsu	81
8	Subscrição do capital inicial da CIRES	82
9	Grupo SHIN-ETSU (Mapa Mundo e Organização Europa)	83
10	Linha cronológica CIRES	85
11	Key CSR Issues	90
12	SDGs	90
13	Fotografia aérea das instalações fabris da empresa CIRES	91
14	Aulas de Ténis nas instalações da CIRES - Fotografia	91
15	Posto médico da empresa CIRES - Fotografia	92
16	Escola de música da CIRES - Fotografia	92
17	Atividade natalícia promovida pelo CAT (Centro para a Alegria do Trabalho) - Fotografia	93
18	Dia de Portas Abertas à Comunidade - Fotografia	93

